

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
NÍVEL MESTRADO

ESTER ROSA RIBEIRO

POLÍTICAS PÚBLICAS NACIONAIS EM EDUCAÇÃO ENTRE 1930- 1945: A
INSPETORIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE RIO GRANDE-RS

São Leopoldo

2012

Ester Rosa Ribeiro

POLÍTICAS PÚBLICAS NACIONAIS EM EDUCAÇÃO ENTRE 1930- 1945: A
INSPETORIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE RIO GRANDE-RS

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Orientadora: Prof. Dra. Berenice Corsetti

São Leopoldo

2012

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação:

Bibliotecária Daiane Schramm – CRB-10/1881

R484p Ribeiro, Ester Rosa
Políticas Públicas Nacionais em Educação entre 1930-
1945: a Inspeção Municipal de Educação de Rio Grande-RS.
/ Ester Rosa Ribeiro; Orientadora : Berenice Corsetti. – São
Leopoldo, 2012.
122f.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Unidade
Acadêmica de pesquisa e pós-graduação. Programa de Pós-
Graduação em Educação. Universidade do Vale do Rio dos
Sinos.

1. Inspeção escolar. 2. Políticas públicas. 3. Período
Vargas. 4. Rio Grande. 5. Inspeção de Educação.
I. Corsetti, Berenice; orient. II. Título.

CDD 370

Ester Rosa Ribeiro

POLÍTICAS PÚBLICAS NACIONAIS EM EDUCAÇÃO ENTRE 1930- 1945: A
INSPETORIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE RIO GRANDE-RS

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Aprovada em

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a Berenice Corsetti – UNISINOS – Orientadora

Prof^a. Dr^a Flávia Obino Corrêa Werle – UNISINOS

Prof^a. Dr^a Maria Helena Câmara Bastos – PUC/RS

DEDICATÓRIA

Para meu Avô Victorino Ornelas Rosa

AGRADECIMENTOS

Sem o apoio das instituições e pessoas citadas abaixo a realização desta pesquisa não teria sido possível.

Sempre contamos com alguém na caminhada da pesquisa, seja para financiar, orientar ou apenas dar um abraço.

Nunca imaginei que iria sair do interior do Rio Grande do Sul e me tornar Mestre em Educação.

Agradecer a vocês é dizer que meu sonho se tornou realidade.

Agradeço a Capes pela bolsa que possibilitou essa pesquisa;

Ao Programa de Pós Graduação em Educação da Unisinos, em especial aos professores da Linha de Pesquisa I;

À professora Berenice Corsetti, pela orientação, atenção e carinho dedicado a minha pesquisa e a mim;

Às professoras Flávia Werle e Maria Helena Câmara Bastos pela contribuição na análise do projeto de qualificação e na dissertação;

Aos colegas do Grupo de Pesquisa coordenado pela professora Berenice pela atenção, gentileza e amizade;

Ao professor e amigo Gerson Wasen Fraga pela amizade e incentivo a pesquisa;

A professora Márcia Naomi Kuniuchi, pelo convite para pesquisar no Arquivo Municipal de Rio Grande;

A minha mãe Erci, pela dedicação, amor e incentivos incondicionais;

A meu pai Estevão e minha família de Esteio, pela acolhida e carinho;

Aos meus familiares, pelo incentivo e também peço desculpas por ter dado pouca atenção a vocês nesses dois últimos anos;

Aos amigos Ana Paula, Cláudia Daiane, Everton, Jeferson e Ticiano, que colaboraram na "logística" da pesquisa, fazendo com que tudo desse certo;

Aos amigos Chico e Moisés, pelas conversas e dicas como cidadãos papareias;

Aos demais colegas e amigos que fiz nesta caminhada de pesquisa, pelas conversas, discussões, teorizações e risadas.

RESUMO

Este trabalho aborda temática que conjuga políticas públicas e história da educação. Analisa de que forma a Inspeção de Educação do Município de Rio Grande-RS foi implementadora das políticas educacionais entre 1930-1945. A geografia da região facilitou a instalação de um porto, tornando a cidade escoadouro da região sul do estado do Rio Grande do Sul. O afluxo de capitais estrangeiros no final do século XIX acabou criando relações diferenciadas das etnias com o poder público que refletiram inclusive na educação. No Período Vargas a primeira iniciativa relacionada à educação foi a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, seguida de uma reforma educacional. O civismo também foi prioridade nas políticas públicas educacionais varguistas. É característica do período Varguista a campanha de nacionalização do ensino, muito presente no Rio Grande do Sul nas regiões de colonização européia. A ênfase era nos conteúdos nacionais, em especial nas disciplinas de história e geografia do Brasil, bem como na língua portuguesa e no combate a ideias divergentes do ideal nacional. O trabalho do inspetor escolar era pautado por determinações políticas e inclusive ideológicas, próprias do período histórico. Controle, fiscalização e até punição sempre estiveram atrelados, ao longo da história educacional, à inspeção escolar. Dessa forma a inspeção escolar buscava exercer o controle através de fiscalizações sobre os agentes envolvidos na educação, bem como às instituições educativas, visando a efetivação, controle e regulação das políticas educacionais do período. As inspeções da Inspeção de Educação de Rio Grande passaram a serem mais rigorosas, apontando falhas e cobrando as medidas sugeridas. Entretanto o inspetor não tinha poder de ação, ele apontava falhas e sugeria soluções, mas a palavra final era do prefeito. A busca pela ordem, pelo asseio e pela disciplina era constante, e tinha como foco o trabalho dos professores e a condução da escola, isso era verificado nas inspeções realizadas periodicamente. A Inspeção de Educação buscava um equilíbrio entre as políticas educacionais e os vínculos na comunidade expressos nos exemplos apontados na documentação utilizada. Nos casos analisados ocorreu o uso diferenciado das prescrições nacionalistas da educação. Tal fato se deve aos vínculos com a comunidade e a busca pela manutenção do poder. Em Rio Grande a Inspeção de Educação buscava manter um bom relacionamento com a comunidade, sempre que possível atendendo as suas demandas e visando um equilíbrio com as prescrições nacionais. O trabalho foi realizado com fontes primárias, que foram analisadas a partir da metodologia histórico-crítica.

Palavras-chave: Inspeção Escolar. Políticas Públicas. Período Vargas. Rio Grande. Inspeção de Educação.

ABSTRACT

This work approaches a thematic that inflects public policies and history of education. It analysis which way the Inspectorate of Education of the city of Rio Grande – RS was the implementer of educational policies between 1930-1940. The geography of the region facilitated the installation of a port, making the city the outlet of the south region of the state of Rio Grande do Sul. The flow of foreign funds in the end of the XIX century ended up creating different relations of ethnics with the government which reflected also in education. In the Vargas time, the first initiative regarding education was the creation of Education and Public Health Ministry, followed by an educational reform. The civics also was priority in the Vargas educational public policies. It is a characteristic of Vargas time the campaign of nationalization of teaching, very present in Rio Grande do Sul in the regions of European colonization. The emphasis was in the national content, especially in the disciplines of Brazilian history and geography, as well as Portuguese and fighting divergent ideas of the national idea. The work of the school inspector was guided by political determinations and also ideological, typical of the historical period. Control, supervision and even punishment had always been linked, throughout educational history, to school inspection. This way, the school inspection sought to exert control through supervisions around the agents involved in education, as well as the educational institutions, aiming the accomplishment, control and regulation of the educational policies of the period. The inspections made by the Educational Inspectorate of Rio Grande came to be more rigorous, pointing out flaws and charging the measures suggested. However, the inspector did not have the power of action, he pointed out flows and suggested solutions, but the final word was the mayor's. The search for the order, for neatness and for discipline was constant, and had as its focus the work of teachers and the conduct of the school, it was verified in the inspections conducted periodically. The Educational Inspectorate sought the balance between the educational policies and the links in the community expressed in the examples pointed out by the utilized documentation. In the analyzed cases, occurred the different usage of nationalist education requirements. This fact is due to the links with the community and the search by the power maintenance. In Rio Grande, the Educational Inspectorate sought to keep a good relation with the community, attending its demands and seeking a balance with the national requirements always as possible. The work was done with primary fonts, that were analyzed from the historical-critical methodology.

Key-words: School Inspection. Public Policies. Vargas Period. Rio Grande. Educational Inspectorate.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Bibliotecas, banco de teses e sítios	19
Quadro 2: Periódicos, descrição e sítios.....	24
Quadro 3: Modelo de organização primária das fontes.....	36
Quadro 4: Origem do capital investido nas indústrias e ano de instalação	42

LISTA DE DIAGRAMA

Diagrama1:Hierarquia e centralização de poder na primeira república no Rio Grande do Sul	68
--	----

LISTA DE FIGURA

Figura1: Desfile cívico em Rio Grande no ano de 1944	72
Figura2: Fotos do Colégio Municipal Lemos Junior	83

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 Justificativa	15
1.2 Problemática de pesquisa e objetivos	28
1.3 Documentação.....	29
1.4 Aspectos teóricos e metodológicos	32
1.5 Organização do trabalho	39
2 HISTÓRIA DA CIDADE DE RIO GRANDE – RS.....	41
2.1 A expansão do porto e da cidade	44
2.2 A economia de Rio Grande pós 1930.....	46
3 HISTÓRIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO	48
3.1 As políticas públicas em educação na Primeira República Brasileira.....	48
3.2 As políticas educacionais pós Revolução de 1930.....	51
3.3 As políticas educacionais durante o Estado Novo.....	54
4 HISTÓRIA DA INSPEÇÃO ESCOLAR NO BRASIL	57
4.1 A Inspeção Escolar a nível nacional.....	57
4.2 A Inspeção Escolar no Rio Grande do Sul do Império a República.....	61
4.3 A Inspeção Escolar no Rio Grande do Sul na Primeira República	66
4.4 A Inspeção Escolar no Rio Grande do Sul no Período Vargas.....	70
4.5 A Inspeção Escolar na cidade de em Rio Grande - RS no Império	74

4.6 A Inspeção Escolar na cidade de Rio Grande na Primeira República	77
4.7 A Inspeção Escolar na cidade de Rio Grande no Período Vargas	79
5 A ATUAÇÃO DA INSPETORIA DE EDUCAÇÃO DE RIO GRANDE ATRAVÉS DE ALGUNS DE SEUS CASOS.....	82
5.1 Nós queremos unicamente abrigar o Ginásio...: o caso dos professores estrangeiros em Rio Grande – RS, 1936.....	82
5.2 As sindicâncias da Escola Unitária nº XII	90
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	98
6.1 Imigração e a educação em Rio Grande:	100
6.2 A Inspetoria de Educação e a comunidade:	102
6.3 O equilíbrio entre o nacional e o municipal.....	103
6.4 Questões para o futuro	104
REFERÊNCIAS	105
ANEXO A - PLANTA GERAL DE RIO GRANDE-RS EM 1904	112
ANEXO B - PLANTA GERAL DE RIO GRANDE-RS EM 1922	114

1 INTRODUÇÃO

Apresento este trabalho como fruto de uma pesquisa que conjugou políticas públicas e história da educação. Como historiadora de formação fui levada a pesquisar sobre essa temática devido a experiências que tive ainda durante a graduação no Arquivo Municipal de Rio Grande-RS.

Através do trabalho no Arquivo fui conhecendo a documentação e aprofundando meu interesse pelas referências à Inspetoria das Escolas Municipais de Rio Grande-RS. Uma documentação em especial chamou minha atenção como pesquisadora, eram os documentos do Período Vargas, em maior número que os demais períodos históricos. Encerrada minha participação no Arquivo passei a utilizar a documentação em minhas pesquisas, tanto na especialização, realizada na UFPEL, como em artigos, e desde o ano de 2010, no curso de Mestrado em Educação na UNISINOS.

1.1 JUSTIFICATIVA

António Nóvoa na Apresentação da coleção Histórias e Memórias da Educação no Brasil diz que:

O mínimo que se exige de um historiador é que seja capaz de pensar a história, interrogando os problemas do presente através das ferramentas próprias de seu ofício. O mínimo que se exige de um educador é que seja capaz de pensar a sua ação nas continuidades e mudanças do tempo, participando criticamente na renovação da escola e da pedagogia.

Ao historiador da educação pede-se que junte os dois termos dessa equação. Não há História da Educação sem a mobilização rigorosa dos instrumentos teóricos e metodológicos da investigação histórica. Mas também não há História da Educação sem um pensamento e um olhar específicos sobre a realidade educativa e pedagógica. Uma moeda tem sempre dois lados (ANTÓNIO NÓVOA, 2005, p.9).

Entendo a pesquisa em história da educação através da conjugação dos saberes da história e dos saberes da pedagogia. Acredito que o historiador da educação pode perceber através de suas pesquisas as origens de algumas questões atuais da educação. Através da pesquisa que desenvolvi, sobre a Inspeção de Educação nos anos 1930-1945, busquei perceber a gênese de algumas questões ainda pertinentes na educação. Cito, por exemplo, a questão das políticas públicas e a maneira como as mesmas são recebidas e implementadas nos sistemas de ensino e nas escolas públicas.

Ainda sobre a relação entre história e educação, entendo que um professor tem que conhecer a trajetória histórica de sua profissão, de seu local de trabalho e do que envolve a educação. Ao tomar consciência de seu lugar e do lugar que ocupa a educação, penso que será possível ao professor se emancipar e levar seus alunos a refletir criticamente. Mas repito, penso que esse exercício de emancipação só será pleno quando o conhecimento sobre a trajetória histórica for apropriado pelo professor.

Sobre a escolha da temática justifico que a mesma se deve ao meu encantamento inicial pela documentação da inspeção, bem como pelo volume de dados. Desde o início da minha graduação tive predileção por assuntos voltados ao ensino de história e história da educação. Minhas pesquisas iniciais sempre tiveram essas temáticas, produzi, inclusive trabalhos como banners e comunicações. Lembro que não era algo comum entre os acadêmicos da FURG a temática de educação, inclusive entre os professores do curso não era comum a temática de ensino de história, ou educação.

No ano de 2007 tive a oportunidade de exercitar a parte de pesquisa em fontes. Fui convidada pela Professora Dr^a. Márcia Kunichi em 2007 a participar do projeto de Salvamento do Arquivo Histórico de Rio Grande¹. De forma voluntária e sob a supervisão do Professor Dr. Gerson Fraga, participei da digitalização do

¹ Em 2006 o Arquivo havia incendiado, o material restante estava então passando por um processo de salvamento e catalogação.

arquivo referente à educação no século XX na cidade de Rio Grande. Os documentos datam de 1904 e vão até aproximadamente 1985.

Através do trabalho realizado no Arquivo fui conhecendo a documentação e aprofundando meu interesse pelas referências à Inspetoria de Educação de Rio Grande. Uma documentação em especial chamou minha atenção como pesquisadora, eram os documentos do período do Estado Novo (1937-1945), em maior número que os demais períodos.

Com os documentos digitalizados e minha participação encerrada no arquivo passei a realizar leituras e a produzir trabalhos com a documentação sobre o início do século XX.

Acreditando no potencial da documentação coletada no Arquivo, em 2008 me inscrevi no curso de Especialização em Educação na UFPEL. Neste curso pude exercitar a pesquisa, e aprender procedimentos metodológicos e teóricos da área da história da educação, os quais eu não dominava.

Ainda durante o curso de especialização observei que as fontes que eu havia coletado poderiam servir para impulsionar um mestrado. Tentei a seletiva para ingresso em 2009 no PPG Educação na Unisinos, fui aprovada, porém não pude me matricular. Na seleção do PPG Educação Unisinos para 2010 fui mais uma vez aprovada, e dessa vez contemplada com uma bolsa da CAPES\PROEX, e tive plenas condições de cursar o mestrado.

Inicialmente a pesquisa estava delimitada cronologicamente entre os anos 1937-1945, porém ao conhecer com mais propriedade a documentação percebi que seria necessário expandir a pesquisa para os anos de 1930 até 1945. Entendo que esta delimitação me possibilitou perceber como a educação em Rio Grande se desenvolvia às vésperas do Estado Novo, em um contexto já nacionalizador e centralizador e no decorrer do período ditatorial, bem como também por ser a partir da entrada de Vargas no poder que a educação passa a ser prioridade com a utilização de ações efetivas.

A pesquisa que desenvolvi teve como seu “lócus” o município de Rio Grande, localizado no extremo sul do Rio Grande do Sul, conta com uma história ligada ao comércio e ao desenvolvimento econômico do estado. A educação no município no período que estudei estava ligada ao crescimento da cidade, pois são solicitadas novas escolas em zonas de expansão da cidade, bem como novas escolas para atender aos trabalhadores. A documentação que coletei no Arquivo nunca foi utilizada para outras pesquisas, não sei se devido ao acesso as fontes ou a falta de interesse pela temática. Observando a historiografia sobre o município de Rio Grande é notável a falta de publicações sobre o século XX, em especial sobre a educação deste período.

Na busca por realizar um panorama sobre a educação entre os anos de 1935-1945 e as políticas educacionais da época, foi necessário observar o que está sendo produzido na academia.

O mapeamento por mim realizando começou em 2008, quando ainda fazia o Curso de Especialização em Educação. Os descritores que utilizei para pesquisar nos bancos de dados foram: inspetoria, inspetores, Rio Grande educação e Estado Novo², e desde abril de 2011 passei a utilizar também Era Vargas e Getúlio Vargas.

O objetivo da revisão de literatura de acordo com Mazzoti (2006, p.26) é iluminar o caminho a ser trilhado pelo pesquisador, desde a definição do problema até a interpretação dos resultados. Sobre a história da cidade de Rio Grande ainda há muito por ser escrito, e mais ainda sobre a educação no município.

As bibliotecas e banco de teses que pesquisei foram acessadas pela internet, e a foram as seguintes:

² A utilização deste descritor deve-se ao fato de que a delimitação cronológica desta pesquisa era inicialmente 1937-1945.

Quadro 1: Bibliotecas, banco de teses e sítios

Nome	Descrição	Sítios
Biblioteca da FURG	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da FURG	http://bdtd.furg.br/
Biblioteca da PUC-RS	Catálogo on-line de teses e dissertações	http://verum.pucrs.br/
Biblioteca da Unisinos	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações	http://bdtd.unisinos.br/tde_busca/index.php
LUME da UFRGS	Repositório Digital da Universidade	http://www.lume.ufrgs.br/
Portal Capes	Banco de teses e dissertações da CAPES	http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/Teses.do

Fonte: Autora

Somando as ocorrências no Banco de Teses da Capes, entre todos os descritores totalizam 391 teses e 1133 dissertações, entre os anos de 2005 e 2009³. É importante observar que muitos dos trabalhos são recuperados no banco de teses através de mais de um descritor.

Os trabalhos encontrados através dos descritores são de diferentes áreas como: saúde, direito, biologia, ciências sociais e educação ambiental, porém prevalecem os trabalhos na área da educação e da história.

Através do descritor “Rio Grande educação” esperava encontrar trabalhos voltados a educação formal no município. Dos 765 trabalhos nenhum se aproxima exatamente de meu tema de pesquisa. Dentre os encontrados chamam a atenção três⁴ que são sobre famílias pesqueiras, porém não fazem uma recuperação histórica da cidade.

³ Na página do Portal quando realizei a pesquisa, as teses e dissertações eram de 1987 a 2009.

⁴ São os trabalhos de BARENHO (2008), MONTEIRO (2008) e OLIVEIRA (2008).

Do total de teses e dissertações que encontrei na pesquisa nas bases citadas, apenas nove entendo que se aproximaram de meu tema de pesquisa. Dentre as aproximações observei que nenhuma fazia relação com a cidade de Rio Grande e sua educação, e tão pouco com a história do município. Dentre as selecionadas apenas uma dissertação refere-se ao Rio Grande do Sul. As demais teses e dissertações são de estados como Bahia, Espírito Santo, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná e Santa Catarina

A tese “O Rio Grande Estadonovista: Interventores e Interventorias” analisa as relações políticas do Rio Grande do Sul com o governo federal durante o Estado Novo. A ênfase do estudo diz respeito ações dos interventores no Rio Grande do Sul. De acordo com o resumo da tese defendida em 2005, por Luciano Abreu, na UNISINOS, o estudo também contempla as práticas políticas dos interventores gaúchos, nas áreas prioritárias: educação, saúde e obras rodoviárias.

Dentre as teses e dissertações encontradas, esta é a única com temática sobre o Rio Grande do Sul que foi possível aproximar de meu foco de pesquisa. Embora ela seja do PPG de História contempla a educação, através do estudo das áreas de investimentos prioritárias. A educação durante o Estado Novo era prioridade pelo fato de estarem ocorrendo campanhas de nacionalização e também pela concepção de homem que o Estado deseja formar, e isso era expresso através das políticas públicas do período.

“As políticas públicas de educação no município de Itabuna (Bahia): 1930-1945”, é o título da tese defendida por Raimunda de Assis na UFF, no PPG de Educação, analisa e mapeia as principais ações educacionais desenvolvidas em Itabuna (Bahia) durante a Era Vargas. A pesquisa, defendida em 2008, busca observar os reflexos que ocorreram na organização social e política da região e, identificar os efeitos que, o movimento pós-revolucionário produziu na área educacional. Cito esta tese por ela estudar as ações educacionais na Era Vargas, e os reflexos na organização da região. A aproximação com minha temática é entendida pela questão das ações educacionais, que entendo como fruto das políticas educacionais do período.

“Dever do Estado e direito do cidadão: as políticas públicas no governo varguista no Espírito Santo (1930-1945)” é o título da dissertação defendida em 2006 na UFES, que analisa as políticas públicas voltadas para a população mais pobre entre 1930 e 1945 no Espírito Santo. Neste trabalho, o destaque, dado pela autora Marinete Graziotti é para as áreas onde a política vargista teve mais ênfase, que foram à saúde e a educação. Este trabalho focaliza as políticas públicas, porém, não faz referência aos inspetores de educação no período, que são prioritários em minha pesquisa.

“Os interesses e ideologias que nortearam as políticas públicas na educação no Governo Vargas 1930-1945: o caso do Espírito Santo” é o título da dissertação defendida em 2008 na UFES, por Josineide Rosa. A análise dessa dissertação versa sobre as diretrizes que nortearam as políticas públicas na educação no governo Vargas. De acordo com as políticas da época a escola buscava “normatizar” e homogeneizar a cultura, os costumes, a língua e a ideologia da sociedade, através de uma educação conformadora. Interventores Federais, no Espírito Santo buscavam centralizar, controlar e racionalizar as atividades estatais decorrente do movimento que se fazia a nível federal de construção do arcabouço jurídico-institucional do Estado Nacional. De acordo com a autora, Vargas encontrou barreiras na concretização da centralização pretendida no ensino, em relação aos estados. Esta dissertação é uma das que mais se aproxima da minha temática, por se tratar de um estudo de políticas públicas no governo Vargas, e também por enfatizar a questão da centralização e controle na educação.

A dissertação "Os Grupos Escolares no Estado de Mato Grosso como expressão da política pública educacional: o Grupo Escolar Joaquim Murtinho, em Campo Grande, sul estado (1910-1950)", defendida no ano de 2009 na Universidade Católica Dom Bosco; teve como objetivo investigar o processo de criação e organização dos grupos escolares, como parte das políticas públicas educacionais no período compreendido entre as décadas de 1910 a 1950. Cito o trabalho de Arlene Gonçalves por ele se aproximar de minha temática através do estudo das políticas educacionais do período, embora com uma distância geográfica considerável.

A dissertação de Mara Santos: "A Palavra e o Tempo: as mudanças na Inspeção Escolar no Estado de Minas Gerais", investiga a trajetória histórica da figura do inspetor escolar no Estado de Minas Gerais, procurando compreender as mudanças nas atribuições deste profissional no decorrer da implementação das modificações oriundas da legislação educacional. De acordo com a dissertação, defendida em 2009, na Universidade Católica de Petrópolis, as funções do inspetor escolar têm sido alteradas ao longo do tempo, passando de função fiscalizadora e burocrática, para um fazer mais democrático e dialógico, intermediando, assim, as atividades escolares em consonância com as políticas do sistema mineiro de educação. Esse trabalho se aproxima de minha pesquisa no sentido de trazer a história do inspetor escolar e relacionar com o estudo da legislação educacional.

A tese "A disciplina escolar de história no ensino público paranaense: 1931 a 1951" foi defendida na UFPR no PPG de educação em 2006, e utiliza a legislação escolar do período que compreende os anos de 1931 a 1951 principalmente as reformas escolares que ocorreram e relaciona com as práticas escolares. O objetivo de Cláudia Martins é analisar a disciplina de história na vigência das reformas. Dentre as aproximações desta tese à minha pesquisa saliento a utilização dos relatórios dos inspetores de educação de um ginásio do Paraná.

"O Poder do Canto ou o Canto do Poder? Um olhar sobre o uso do canto como prática pedagógica no Estado de Santa Catarina num contexto autoritário (1937-1945)", com este título a tese defendida em 2008 enfoca o Canto Orfeônico, dentre as práticas pedagógicas no período do Estado Novo. O estudo de Tânia Unglaub trata de um Inspetor Federal das Escolas Subvencionadas de Santa Catarina, em um contexto de educação nacionalista que fiscalizava e aplicava as medidas legais nacionalistas. A aproximação a minha temática deu-se pelo fato da autora tratar de um inspetor de educação, porém em um contexto nacionalista, ligado a questões étnicas, o que não é observado em Rio Grande.

A dissertação "A educação catarinense entre 1930 e 1945: história das políticas educacionais a partir da imprensa e da legislação" foi defendida na UPF no ano de 2008. O objetivo geral de Valdecir Soligo concentra-se em torno da

investigação dos aspectos políticos e educacionais de Santa Catarina, quanto à interferência do Governo Federal nas diretrizes educacionais do Estado e as relações entre litoral e interior, destacando o papel da legislação e da imprensa estadual e regional na construção das estruturas políticas, pedagógicas e físicas da educação catarinense com foco voltado para a nacionalização e o analfabetismo. O autor usa como fontes de pesquisa a Legislação Educacional e a imprensa catarinense. Percebo que esta dissertação se aproxima de minha temática principalmente por utilizar como fonte a legislação do período, e a influência do governo federal.

Através da revisão de literatura empreendida foi possível observar que estudos de mestrado e doutorado sobre a cidade de Rio Grande em relação a história da educação não existem, e tão pouco sobre as políticas públicas e a Inspeção de Educação. Minha proposta dessa forma busca sanar esta lacuna evidente.

Não tenho a pretensão de esgotar o tema da história da educação de Rio Grande e sim, abrir caminhos para esta temática. Uma cidade com mais de 270 anos tem muito a contar sobre sua história. Chama atenção o fato de no município existir uma universidade pública que oferece curso superior de História e pouco sobre a história de Rio Grande, principalmente no século XX foi pesquisado.

Na tentativa de mapear com maior precisão a temática de minha pesquisa expandi o mapeamento de produções científicas para periódicos e anais de alguns eventos. Uma parte do mapeamento foi realizada na Biblioteca da UFPEL⁵ e também pela internet, e foram pesquisados os seguintes periódicos e anais:

⁵ A pesquisa na Revista da ASPHE foi realizada na biblioteca da UFPEL

Quadro 2: Periódicos, descrição e sítios

Nome do periódico ou anais	Descrição	Sítio
Bibliografia Brasileira de Educação	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.	http://portal.inep.gov.br
Biblos	Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação da FURG	http://www.seer.furg.br/ojs/index.php/biblos/index
Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação.	Trabalhos das Reuniões Anuais da ANPED	http://www.anped.org.br
Capes	Portal de Periódicos da CAPES.	http://www.periodicos.capes.gov.br
Ciências e Letras	Revista das Faculdades Porto Alegrenses (FAPA)	http://www1.fapa.com.br/cienciaseletras
Sociedade Brasileira de História da Educação	Anais dos Congressos da SBHE	http://www.sbhe.org.br
EBSCOHost	Metapesquisa-dor integrado.	http://web.ebscohost.com
GT Bibliotecas Virtuais	Grupo de Trabalho de bibliotecas virtuais coordenado pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia.	http://www.cg.org.br/gt/gtbv/bibliotecas.htm
Grupo de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil"	Revista HistedBr-on line	http://www.histedbr.fae.unicamp.br
História: Debates e tendências.	Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo	http://www.upf.br/seer/index.php/rhdt
Métis: História e Cultura	Revista de História da Universidade de Caxias do Sul	http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/index
Portal da Pesquisa	Portal contendo base de dados e periódicos.	http://www.portaldapesquisa.com.br
Revista de História da Educação	Revista da Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação	http://seer.ufrgs.br/asphe
Scirus	Portal internacional de artigos	http://scirus.com
Scielo	Biblioteca Científica Eletrônica Online	http://www.scielo.org
Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica	Anais das Reuniões anuais da SBPH	http://sbph.org/

Fonte: Autora

Utilizei os mesmos descritores já citados para pesquisar nos sites dos periódicos. Encontrei 50 artigos que possuem alguma relação com minha temática.

Observei através da revisão de literatura que existem poucos trabalhos que articulem a Inspeção de Educação com o Município de Rio Grande. Também verifiquei a existência de poucos estudos articulando políticas públicas em educação com o período e a Inspeção. Os trabalhos existentes são sobre o Estado de Santa Catarina.

O trabalho "A inspeção escolar como forma de controle no Estado Novo: uma contribuição às origens da gestão escolar", de Naura Syria Carapeto Ferreira e Sarita Aparecida de Oliveira Fortunato, foi publicado nos anais do Congresso SBHE de 2006. O artigo busca resgatar as origens da gestão escolar para que as análises possam servir ao estudo atual sobre gestão. De acordo com o artigo durante o Estado Novo o inspetor de educação era quem controlava as questões da qualidade da educação através de inspeções rigorosas e pontuais. O foco da pesquisa é o estado de Santa Catarina, mais precisamente o município de Jaraguá do Sul.

A inspeção escolar e a nacionalização no Estado Novo: políticas e práticas nas escolas primárias de Ademir Valdir dos Santos e Naura Syria Carapeto Ferreira, também foi publicado nos anais do Congresso SBHE de 2006. Este artigo versa sobre a educação utilizada para eliminar focos contrários a nacionalização empreendida durante o Estado Novo. O trabalho focaliza as escolas do nordeste catarinense e usa como fontes o livro de inspeção escolar.

Os artigos recolhidos juntos aos anais do Congresso SBHE de 2006 discutiram os conceitos sobre o que seria a inspeção de educação, principalmente durante o Estado Novo. Foram os primeiros títulos que encontrei que tratam exatamente de inspeção escolar durante o Período Vargas, abordam prioritariamente a questão do nacionalismo relacionada a questões étnicas.

O artigo "Estado Novo no Rio grande do Sul: educação e saúde", apresentado na Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica de 2005, de René

Gertz, apresenta um panorama da educação no Rio Grande do Sul durante o Estado Novo. No artigo são apresentados dados estatísticos sobre o ensino no estado como número de escolas, número de docentes e matrículas. De acordo com o autor, no estado durante o Estado Novo perseguiram-se três objetivos no campo da educação: aumento do número de escolas da rede e o número de professores, definição de políticas de pessoal e normas e critérios para funcionamento das escolas. Este artigo se aproxima de meu trabalho no sentido de que em Rio Grande os objetivos discutidos pelo autor de alguma forma estão presentes nas fontes recolhidas, seja na solicitação de escolas ou na realização de sindicâncias para averiguar o funcionamento de escolas.

"Inspeção escolar, patriotismo e escola: organização da inspeção escolar e cultura cívica nas escolas primárias de Santa Catarina (1900 – 1930)" é o título do trabalho publicado nos Anais da 32ª Reunião Anual da ANPED, 2009 de autoria de Dorval do Nascimento. Este artigo reflete sobre a atuação dos inspetores em relação à promoção de uma cultura nacionalista em Santa Catarina, até o ano de 1930. De acordo com o texto, os inspetores implementavam métodos de ensino que visavam o patriotismo republicano, buscando incorporar os estrangeiros. O acompanhamento da atuação dos inspetores escolares permite descortinar aspectos do projeto republicano de constituição da nação. Este artigo mesmo não contemplando meu recorte temporal, se aproxima de minha temática ao recuperar historicamente a figura do inspetor de ensino, mesmo que não seja sobre o Rio Grande do Sul.

"A campanha nacionalista e a inspeção escolar em Santa Catarina", foi apresentado na 32ª Reunião Anual, 2009, por Ademir Valdir dos Santos. Da mesma forma que o artigo de Dorval do Nascimento este artigo também traça a trajetória histórica da figura do inspetor. O artigo estuda a campanha nacionalista de ensino em Santa Catarina durante o Estado Novo. A inspeção escolar é vista como verificadora dos intentos nacionalistas. A pesquisa relatada no artigo usa como fontes a legislação educacional e apresenta um histórico da inspeção escolar, e seu foco é o estado de Santa Catarina, com o viés da política nacionalista. Este trabalho também se aproxima de minha temática no sentido de recuperar a história da inspeção escolar desde antes do governo Vargas.

Sobre a cidade de Rio Grande foi publicado na Biblos, número 22 de 2008 a "Cronologia Básica da História da cidade do Rio Grande (1737-1947)" de Luiz Henrique Torres. Este trabalho é um guia cronológico para compreensão dos acontecimentos históricos da cidade de Rio Grande no período citado no título. O artigo permite observar minimamente o desenvolvimento histórico da cidade. A cronologia me permite situar os acontecimentos do período entre 1935-1945, que é o meu recorte temporal na longa duração da história da cidade, por isso o artigo está sendo citado nesta revisão.

O artigo "Salvação pela educação: o processo educativo em Rio Grande" de Marcele Fernandes e Olívia Tavares foi publicado na Revista Ágora, v. 15, n.1, 2009. Tal trabalho usa como fontes alguns documentos da inspetoria de Rio Grande datados de 1930. Este artigo objetiva apresentar aspectos do método de ensino utilizado no município, bem como a situação material das escolas no ano de 1930. Cito este trabalho pelo fato de ele tratar da inspetoria de educação de Rio Grande, mesmo que apenas apresentando aspectos da educação do ano de 1930, serve como comparativo ao estudo que pretendo realizar.

O artigo "O porto agitado da educação: algumas notas sobre a política de educação em Rio Grande, no começo do século XX" foi publicado por mim em co-autoria com o professor Gerson Fraga na Revista Métis, vol. 7, n. 14, 2008. O objetivo deste trabalho é divulgar algumas considerações sobre o sistema educacional rio-grandino nas décadas iniciais do século XX e transformações do sistema de ensino de Rio Grande levando em conta seu crescimento urbano e industrial e o surgimento de novos atores sociais e a ampliação das exigências em relação ao sistema educacional. O contexto nacional da época era marcado pela emergência de uma concepção de educação que fomentava o sentimento de nacionalidade, exigindo que fosse estendida às camadas da população até então distantes do mundo das escolas. Cito este artigo por que o mesmo foi escrito usando como fontes alguns dos documentos recolhidos no arquivo de Rio Grande. Também considero importante este trabalho pelo mesmo ter como foco a cidade de Rio Grande e a sua história da educação.

O artigo "A professora e o comerciante: cotidiano escolar e relações de poder na Escola do Bosque Silveira (RIO GRANDE, 1939/1940)" de Gerson Fraga em co-autoria comigo foi publicado na revista *História: debates e tendências* v. 9, n. 2, jul./dez. 2009. O presente trabalho relata uma sindicância no final de 1939. Através da investigação realizada pela sindicância apresentam-se alguns aspectos do cotidiano escolar, bem como as relações de poder envolvidas em tal caso. Cito este trabalho por apresentar uma faceta atípica da realidade educacional de Rio Grande, mas que poderia ser comum dentro de um contexto nacionalista de educação como do Estado Novo. Também cito este trabalho porque ele apresenta a situação escolar do município dentro do meu período de estudo.

Através do levantamento realizado foi possível visualizar a produção acadêmica referente à minha temática, que é educação durante a Era Vargas na cidade de Rio Grande, com ênfase nas políticas públicas em educação implementadas pela inspetoria de educação do município.

Da forma como exposto à temática, ela não foi encontrada na revisão de literatura. Os trabalhos que encontrei articulam no máximo três das variáveis de minha temática: inspetoria, políticas públicas educacionais e inspeção escolar.

Durante a realização do levantamento me chamou atenção o fato de que os trabalhos sobre as inspetorias de educação estão concentrados em estudos sobre o estado de Santa Catarina. Os mesmos trabalham com a questão do nacionalismo durante a Era Vargas, mais especificamente no Estado Novo. Sobre o município de Rio Grande, como já citado, ainda há muito que ser escrito sobre sua história, e meu trabalho vem justamente na tentativa de tornar conhecida a história da educação deste município.

1.2 PROBLEMÁTICA DE PESQUISA E OBJETIVOS

A problemática da pesquisa questiona de que forma a Inspeção de Educação foi implementadora das políticas educacionais no município de Rio Grande no

período de 1935-1945. O objetivo principal é verificar como se deu ou não a implementação das políticas educacionais entre os anos citados através dos documentos da Inspeção de Educação e da legislação.

Deste objetivo e da já citada problemática foram emanadas outras questões. Inicialmente muitas questões surgiram, porém ao longo da pesquisa ficaram reduzidas a duas: quais as práticas de inspeção adotadas no município e quais as evidências que apontam para o cumprimento ou não das determinações nacionalistas.

Foram estes os questionamentos e objetivos que me ajudaram a “cercar” meu objeto, contribuindo para elucidar meu problema, e dessa forma compreender a história da educação do município.

1.3 DOCUMENTAÇÃO

Na pesquisa tive também a intenção de contribuir para a construção de conhecimento histórico sobre a educação do município de Rio Grande. Para isso foi necessário usar documentos históricos, materiais que me ajudaram a atingir meus objetivos. De acordo com Saviani;

Fontes históricas não são fontes da história, ou seja, não é delas que brota e flui a história. Elas enquanto registros, enquanto testemunhos dos atos históricos, são a fonte do nosso conhecimento histórico, isto é, é delas que brota, é nelas que se apóia o conhecimento que produzimos a respeito da história (SAVIANI, 2004, p. 5-6).

Meu envolvimento com os documentos usados começou em 2006. No Arquivo Municipal de Rio Grande realizei a coleta de materiais entre o segundo semestre de 2006 e março de 2007. Os documentos prioritários de minha pesquisa foram da Inspeção Municipal, e são, em sua maioria, comunicados e correspondências dos inspetores ao prefeito. Também não posso deixar de citar alguns outros documentos que constituem a coleta realizada no Arquivo Municipal

de Rio Grande: inquéritos, relatórios, denúncias contra administração de escolas, inventários de algumas escolas, movimento escolar, documentos do Conselho Escolar, comunicados de fechamento de escolas, solicitação de reparos, lista de locais onde há necessidade de escolas, solicitação de reparos em prédios escolares, sobre construção de escolas e também convites e relatos de festas com caráter cívico.

Saliento que os documentos da Inspetoria Municipal de Rio Grande estavam acondicionados em caixas com o nome de EDUCAÇÃO no Arquivo Municipal, não havia catalogação deste material. Os documentos estavam acondicionados sem organização de temas, procedência ou qualquer outra indicação. Eu participei do processo de digitalização deste material, por isso tive acesso às fontes. Atualmente o acesso ao Arquivo está dificultado, é necessário solicitar os documentos a uma funcionária responsável, porém em janeiro de 2011 estive novamente lá e até o presente momento aguardo o contato para poder ter acesso ao material.

Ao citar os documentos do Arquivo Municipal de Rio Grande neste trabalho farei referência a data e o tipo de documento. Cabe salientar que o Arquivo Municipal estava em precárias condições. Quando ocorreu um incêndio no prédio da Prefeitura (em 2006) o Arquivo foi então redescoberto e alvo de projetos de salvamento.

Destaco a importância do corpus documental da Inspetoria de Educação Rio Grande. São registros da situação das escolas, das ações da inspetoria e do cotidiano das escolas em uma atmosfera nacionalizadora e centralizadora. Cabe salientar, mais uma vez, que a inspeção que se realizava entre os anos de 1930 e 1945 estava subordinada a uma concepção de educação considerada a ideal para a época.

Os documentos da Inspetoria são ricos de informações do período citado, constituem um corpus documental importante e interessante para observar como as políticas educacionais eram recebidas e introjetadas/aplicadas ou não na prática cotidiana das escolas, das instituições de educação e do próprio inspetor.

Ampliando os documentos para minha pesquisa consultei o Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul entre agosto e novembro de 2010. No Arquivo busquei a legislação relativa ao ensino no período de 1930-1945. Entre o material encontrado destaco: Coletânea de leis, decretos, portarias e instruções, publicada em 1949, mas que contém material referente aos anos de 1937 a 1948, Reforma Gustavo Capanema, Ementário da Legislação Federal no Brasil (1930-1967), Regulamento da Inspeção de Ensino do Rio de Janeiro (1944), Regulação da Carreira do Magistério (1938), bem como orçamento do município de Rio Grande para 1938.

Muitos documentos referentes ao período de meu interesse, como relatórios da prefeitura e leis orçamentárias não foram encontrados. Na Câmara fui informada que muito material foi perdido ou descartado. No Arquivo Municipal, quando retornei a ele no início de 2011 fui informada que o acesso estava restrito. Fiz uma solicitação das leis orçamentárias e dos relatórios da prefeitura, entretanto ainda não obtive resposta da disponibilidade ou até mesmo da existência destes materiais valiosos para o estudo da história de Rio Grande.

Retomando a questão do uso das leis educacionais, as percebo como expressão das políticas voltadas ao ensino. Elas mostram as intenções do Estado em relação a educação. Encontrei em Maria Blanck Miguel (2007, p.5) uma importante citação sobre legislação e documentos de inspeção. Segundo a autor;

a consulta aos relatórios dos Inspectores de Ensino, sejam eles paroquiais ou inspetores gerais, possibilita a verificação do modo como tais leis encontram viabilidade na realidade, bem como as impossibilidades de sua aplicação, ou ainda, as contradições entre a expressão legal das intenções do Estado e a vivência das leis nas condições impostas pela realidade (MARIA BLANCK MIGUEL, 2007, p.5).

Ao usar a legislação conjugada ao material da inspeção busquei perceber de que forma a inspeção implementava ou não as políticas públicas. É imprescindível ao tratar com legislação de ensino no período nacionalista lembrar que as mesmas buscavam padronizar a educação. A legislação apresenta apenas um modelo

aceitável de educação e cabia ao inspetor verificar se esse padrão estava ou não sendo seguido.

1.4 ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

Dermeval Saviani em sua obra *Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações*, apresenta uma contribuição teórica importante e que fundamentou meu trabalho.

De acordo com o autor a educação é um trabalho não material, próprio dos seres humanos. Incluso na produção não material estão a produção do saber, de ideias, conceitos, hábitos e atitudes. O homem precisa produzir sua existência e isso se dá, segundo Saviani pela adaptação da natureza, através do trabalho.

É necessário que a humanidade seja constituída em cada ser humano. Porém é necessário organizar os meios para a realização dessa humanidade. Deve haver uma distinção entre o clássico e o acidental, o principal e o acessório dentre os elementos culturais que devem ser assimilados. Nesse momento entra o papel fundamental da escola, é nela que os saberes previamente distinguidos serão socializados. Para Saviani é na escola que ocorre a passagem do saber espontâneo ao saber sistematizado. Na escola ocorre a transmissão dos mecanismos de acesso ao saber elaborado.

É necessário ao ser humano dominar os mecanismos para poder criar. Julga o autor que se aprende quando um *habitus* é criado. O domínio dos mecanismos é pleno quando os mesmos já são parte do corpo, formam uma segunda natureza.

Segundo Saviani (2000, p.77) a teoria histórico-crítica “se diferencia da visão crítico-reprodutivista, uma vez que procura articular um tipo de orientação pedagógica que seja crítica sem ser reprodutista”.

Mas quais seriam as teorias críticas que a pedagogia histórico-crítica busca superar? São as teorias de Bourdieu e Passeron, (teoria da reprodução); Althusser (aparelhos ideológicos do Estado) e Baudelot e Establet (escolas como instrumentos burgueses contra o proletariado). Essas teorias não apontavam saídas para dilemas apresentados. Os teóricos observando o fracasso de maio de 1968 na França acreditavam não ter como ocorrer uma revolução social começando pela revolução cultural.

De acordo com Saviani (2000, p.79) a teoria crítico reprodutivista possui limites, e ela é capaz de “fazer a crítica do existente, de explicitar os mecanismos do existente, mas não tem proposta de intervenção prática, isto é, limita-se a constatar e, mais do que isso, a constatar que é assim e não pode ser de outro jeito”. Entendo que de acordo com a teoria crítico reprodutivista não era possível sair de um ciclo, onde o processo educativo era apenas a reprodução da ordem social vigente. Não haveria como libertar-se, e sim a continuidade do processo.

A teoria histórico-crítica foi criada na tentativa de superar os limites antes apontados. Ela articula a dimensão histórica e social na análise da educação. Para Saviani os pressupostos são os da dialética, e “isso envolve a possibilidade de se compreender a Educação escolar tal como ela se manifesta no presente, mas entendida essa manifestação presente como resultado de um longo processo de transformação histórica” (Saviani, 2000, p.109).

A base dialética está relacionada à questão das relações sociais e como a educação se manifesta nessa produção. Konder (1998) cita que Engels teria reduzido a três as leis da dialética; para as questões teóricas de minha pesquisa interessa-me a segunda lei: “interpenetração dos contrários”,

é aquela que nos lembra que tudo tem haver com tudo, os diversos aspectos da realidade, se entrelaçam e, em diferentes níveis, dependem uns dos outros, de modo que as coisas não podem ser compreendidas isoladamente, uma por uma, sem levarmos em conta a conexão que cada uma delas mantém com coisas diferentes (KONDER, 1998, p.58).

A teoria histórico-crítica não é desvinculada do desenvolvimento histórico do homem. É justamente por observar a construção humana ao longo da história que ela consegue chegar ao âmago das questões da educação. Segundo Corsetti;

A metodologia histórico-crítica busca compreender a questão educacional a partir do desenvolvimento histórico objetivo. Isso significa compreender a educação no contexto da sociedade humana, como ela está organizada e como ela pode contribuir para a transformação da sociedade (CORSETTI; 2010, p.89).

A busca por alternativas ao estabelecido socialmente e pela conscientização através da educação, sempre enraizado no desenvolvimento histórico é o objetivo da teorização de Saviani.

Em minha pesquisa a opção pela teoria histórico-crítica deu-se pelo fato do entrelaçamento histórico proposto pela mesma. É imprescindível analisar os documentos da Inspeção Municipal de Rio Grande articulando ao contexto histórico em que foram produzidos.

Ainda é importante salientar que, caso esta articulação não ocorra, a pesquisa poderá ser anacrônica. Samara e Tupy (2010, p.123) alertam para os ruídos que podem comprometer a compreensão da ideia transmitida e analisada nos estudos históricos. Segundo as autoras, ao historiador cabe realizar uma análise das informações obtidas sem atribuir a elas valores próprios de uma época ou de uma sociedade distintas. Busquei entender os conceitos apresentados nos documentos sem perder o foco do período histórico das fontes. Ao analisar as fontes com esse olhar enraizado na história observei a dinâmica da sociedade da época, a produção das políticas públicas, as condicionantes políticas, entre outros ingredientes, e não apenas a educação no Período Vargas, deslocada de seu contexto.

Sobre a perspectiva histórico-crítica usei em meu texto: teoria e metodologia. Entendo que os dois termos estão corretos. Ao analisar os documentos usei-a como método. Ao discorrer sobre a história do período e os entrelaçamentos possíveis usei-a como teoria.

Para Flores, *apud* Calado e Ferreira;

os documentos são fontes de dados brutos para o investigador e a sua análise implica um conjunto de transformações, operações e verificações realizadas a partir dos mesmos e com a finalidade de se lhes atribuído um significado relevante em relação a um problema de investigação (FLORES, *apud* CALADO; FERREIRA, 2004, p.3).

Partindo dessa ideia, o tratamento metodológico empreendido com as fontes contemplou também a análise de documentos.

Autores como Calado e Ferreira (2004) e Sá Silva *et al.* (2009) apontam para a importância de se observar o autor dos documentos e a confiabilidade dos textos. Entretanto entendo que talvez mais importante ainda é o questionamento que se faz as fontes. Segundo Corsetti (2006, p.36) o ponto de partida não é assim, a pesquisa de um documento, mas a colocação de um questionamento – o problema de pesquisa. E mais adiante a autora complementa: reafirmamos que são as questões que se fazem a cada um e ao conjunto do material e a relação que se estabelece entre elas e as respostas obtidas que criam as possibilidades de se “fazer história”.

Para Sá Silva *et. al*;

quando um pesquisador utiliza documentos objetivando extrair dele informações, ele o faz investigando, examinando, usando técnicas apropriadas para seu manuseio e análise; segue etapas e procedimentos, organiza informações a serem categorizadas e posteriormente analisadas; por fim, elabora sínteses, ou seja na realidade, as ações os investigadores – cujos objetos são documentos – estão impregnadas de aspectos metodológicos, técnicos e analíticos (SÁ SILVA *et al*, 2009, p.4).

Meu olhar para os documentos foi de quem busca respostas, de curiosa, de uma investigadora. A observação aos documentos foi sempre de questionar, pois as evidencias observadas é que me ajudaram a montar a resposta a meu problema.

Ampliei cronologicamente o recorte de minha pesquisa, como já citado na tentativa de realizar o que enuncia Cellard (2008, p.295): observar o processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, etc.

O passo seguinte foi uma primeira organização dos documentos em tabelas (como no exemplo abaixo). Nessa organização coloquei apenas os documentos produzidos entre 1935 e 1945 recebidos ou enviados a Inspeção de Educação, seguidos de uma breve caracterização.

Quadro 3: Modelo de organização primária das fontes

Identificação	Data	De	Para	Caracterização
P1040005 até 21	nov/dez/ 1939	Professora Iná, Escrivães e Inspetores	Prefeito	Sindicâncias do caso na Escola n° XX, sobre seu comportamento na escola, tratamento com alunos, rendimento dos mesmos e ao final a sua transferência para outra escola. Foram ouvidos os pais de alunos, e os acusadores.
P1040056 até 75	8/01/40	Inspeção das Escolas Municipais	Prefeito	Relatório do ano letivo de 1939, escola por escola, regentes, conceito, prédio, matrícula, ocorrência das escolas, no final consta as determinações do prefeito frente ao exposto.

Fonte: Autora

Após a leitura atenta dos documentos, bem como de bibliografia sobre a época de produção dos mesmos foram surgindo categorias de classificação. Considero o exercício de criação das categorias não apenas como uma etapa da análise documental, mas também como uma etapa articuladora junto à teoria histórico-crítica. De acordo com Sá Silva *et al.* (2009, p.12) as categorias surgem, num primeiro momento, da teoria em que se apóia a investigação, mas podem ser modificadas ao longo do estudo, num processo dinâmico de confronto constante

entre empiria e teoria. As categorias criadas buscaram sintetizar o processo dialético que envolvia a dinâmica social da época (1935-1945). Pimentel (2001, p.183) lembra que a organização do conjunto de documentos, é necessária para torná-lo inteligível, de acordo com o objetivo da investigação.

Criei então, as seguintes categorias:

1) Conjuntura: questões que em primeira instância não possuem relação com as políticas públicas voltadas a educação, mas que de algum modo podem estar incidindo sobre ela.

2) Religião: possíveis influências religiosas no funcionamento do sistema educacional público de Rio Grande.

3) Condições materiais: condições em que se encontravam as escolas.

4) Nacionalização: como as questões étnicas, escolas e professores estrangeiros e educação como projeto nacional aparecem na educação de Rio Grande; ou seja, de que forma as políticas nacionalistas estavam presentes.

5) Centralização de poder: de que forma a prefeitura decide como vão ser solucionadas questões referentes à educação do município, ou ainda o Inspetor pede para que a prefeitura tome decisões.

6) Controle: busca de informações sobre o funcionamento das escolas por parte da Inspeção ou da Prefeitura, através de relatórios, cartas e formulários.

7) Diversos: documentos que ainda não percebi o enquadramento nas categorias anteriores, mas que dizem respeito à educação em Rio Grande.

Usei parcialmente o conjunto dos documentos. Selecionei alguns que considerei importantes para entender a dinâmica da educação em Rio Grande-RS

no período da pesquisa. Também selecionei 2 casos (professores estrangeiros e sindicâncias da Escola nº XII. Foi na análise do material selecionado que as categorias foram utilizadas. Em outros trabalhos os documentos serão utilizados tendo por base as categorias em que foram classificados.

O próximo movimento que realizei foi de análise, onde busquei ligações e comparações entre os documentos. De acordo com Gomes (2008, p.80) na análise o propósito é ir além do descrito, fazendo uma decomposição dos dados e buscando as relações entre as partes que foram decompostas.

Como os documentos já estavam selecionados em categorias de análise, a leitura foi orientada no sentido de buscar os fragmentos que respondessem à problemática. Por fim houve a construção do texto final onde a interpretação dos dados esta sendo apresentada. De acordo com Sá-Silva *et al.* (2009, p.14) a pesquisa documental produz novos conhecimentos e cria novas formas de compreender os fenômenos. Entendo que isso é possível através de uma boa interpretação ancorada em pressupostos teóricos e metodológicos pertinentes.

Também utilizei na pesquisa o pressuposto de Carlo Ginzburg sobre o paradigma indiciário, enunciado no texto “Sinais: raízes de um paradigma indiciário”. Através de indícios mínimos se busca reconstruir eventos que o pesquisador não viveu. São mínimos os fragmentos devido a conservação, e a própria condição em que foram escritos. Bem como também a reconstrução dos fatos também é mínima, uma pequena parte do vivido pelo outro, o historiador consegue reconstruir. De acordo com Roiz (2007, p.336), para Ginzburg “[...] contar e narrar, servindo-se dos rastros do passado, para escrever histórias verdadeiras continua a ser um dos princípios do ofício dos historiadores”.

Essa abordagem acentua os detalhes, a participação dos sujeitos nos casos estudados. Ao estudar a Inspeção de Educação percebo de que forma ela se apropria das políticas públicas e as transforma em ações. A análise parte do objeto, mas as vezes não encontra alguns indícios. Dessa forma segundo Coelho (2006,

p.26) “a ferramenta básica é a conjectura associada a fatores interdependentes: intuição, golpe de vista, observação dos pormenores, subjetividade”.

Usando esta perspectiva na análise dos documentos foi possível perceber que a Inspetoria usava de forma diferenciada a aplicação das determinações das políticas públicas, ora com rigidez, ora de forma mais flexível, pois haviam outros interesses envolvidos. Dessa forma entendo que usar a perspectiva de Ginzburg me ajudou a observar diferenças onde tudo parecia igual. A política nacionalista buscava igualdade na forma de conduzir a educação, entretanto em Rio Grande algumas especificidades foram percebidas.

Através da metodologia e da teoria exposta aqui, e já colocada em prática, acredito que consegui responder a problemática satisfatoriamente e o principal: produzir novos conhecimentos sobre a pouco conhecida história da educação do município de Rio Grande.

1.5 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Este trabalho ora apresentado é buscando responder a problemática já enunciada é composto de 4 partes, retirando-se a introdução e a conclusão, e seguem os mesmo as perspectivas teóricas e metodológicas enunciadas previamente.

No capítulo História da cidade de Rio Grande busco apresentar a cidade de Rio Grande-RS buscando suas raízes históricas que servirão posteriormente para compreender algumas das características da Inspetoria de Educação do município.

O capítulo seguinte aborda a história das políticas públicas educacionais nacionais desde o Império, indo até o Estado Novo. Também este capítulo contempla as políticas públicas estaduais, até o Estado Novo. Ao longo do texto inseri a história da educação em Rio Grande visando contextualizar a compreender a mesma.

O capítulo História da inspeção escolar no Brasil trata da história da inspeção escolar no Brasil, também busquei situar a partir do Império. Inseri neste capítulo a história da inspeção escolar no Rio Grande do Sul e na cidade de Rio Grande-RS, sempre utilizando a documentação já citada, bem como a legislação.

O último capítulo trata de dois casos encontrados no Arquivo de Rio Grande que acredito sejam exemplares excelentes para compreender a ação da Inspetoria no município.

2 HISTÓRIA DA CIDADE DE RIO GRANDE – RS

De acordo com Beatriz Olinto (1996, p.147), Rio Grande é uma “cidade localizada em uma península espremida entre a Lagoa dos Patos e o Oceano Atlântico, um lugar onde o ser humano teima há séculos em tentar estabelecer-se, contra as intempéries da natureza”.

A geografia da região facilitou a instalação de um porto, tornando a cidade escoadouro da região sul do estado do Rio Grande do Sul. Visando ainda mais o escoamento da produção existia na cidade uma importante malha férrea (construída no ano de 1879).

De acordo com Martins;

Por tratar-se da cidade mais antiga do Rio Grande do Sul e a única a dispor de um porto marítimo, isso possibilitou um desenvolvimento comercial considerável durante o século XIX, assim como a implantação de um parque industrial diverso sob os auspícios da industrialização dispersa (MARTINS, 2005, p.2).

O termo industrialização dispersa refere-se, segundo Martins (2005) à indústria descentralizada, em complexos regionais pouco integrada em nível nacional e que perdurou até a crise de 1929.

Esse porto servia para comercializar o charque produzido na região de Pelotas, que era levado para outras regiões do país e até para a América Central. Com a Revolução Farroupilha, entre 1835-1945, a cidade ficou sob o domínio Imperial, o que segundo Martins (2005, p.5) permitiu ao “Império o constante abastecimento de mantimentos e armas às suas tropas”.

É fruto do comércio exterior do século XIX parte do capital que eu início aos investimentos industriais no fim do mesmo século.

Segundo Solismar Martins;

A cidade de Rio Grande representa, de forma clara, as transformações de um espaço portuário e urbano que através da acumulação comercial derivada das atividades de importação e exportação, consegue criar um parque fabril importante em termos nacionais a partir do final do século XIX (MARTINS, 2005, p.2).

Entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX surgiram no município grandes investimentos industriais, como a Companhia União Fabril Rheingantz (1873), Indústria Leal Santos (1890), Fábrica de Charutos Pook (1891) e a Companhia de Fiação e Tecelagem Rio Grande (1894). De acordo com Torres (2008, p.16) a cidade era chamada de “cidade das chaminés”, devido à criação dessas empresas na localidade.

É importante lembrar que as indústrias que ora se instalavam na cidade possuíam capital estrangeiros. Baseada nas informações de Martins (2006) e Torres (2008) elaborei o seguinte quadro:

Quadro 4: Origem do capital investido nas indústrias e ano de instalação

Origem do capital investido	Nome comercial	Ramo	Ano de instalação
Alemanha	Cia. União Fabril Rheingantz	Têxtil	1873
Portugal	Leal, Santos e Cia.	Alimentício	1890
Alemanha	Pook e Cia.	Charutos	1891
Itália	Cia. de Fiação e Tecelagem Rio Grande	Têxtil	1894
Estados Unidos da América	Cia. Swift S.A. do Brasil	Frigorífico	1917

Fonte: Autora

Essas indústrias traziam seus técnicos e maquinários do exterior, fazendo com que a cidade fosse tomada por imigrantes. É importante observar, baseada em Martins (2006, p.79) que o burguês imigrante teve papel decisivo no desenvolvimento comercial e industrial do Rio Grande do Sul.

Entretanto a cidade de Rio Grande localiza-se em uma área que não era tradicional no processo migracional, porém foi através das possibilidades comercial e depois industrial que esses imigrantes fixaram-se na cidade.

A prosperidade econômica e o desenvolvimento da cidade estavam atrelados a essa característica. Penso que talvez por isso nos anos seguintes fosse um pouco mais flexível a cidade com professores estrangeiros como irei discutir mais a frente. Outra informação referente aos imigrantes e sua importância na cidade está no fato de que segundo Martins (2006, p.150) na década de 1920 havia na cidade de Rio Grande 16 representações diplomáticas.

Entre as empresas citadas na tabela acima cumpre salientar a Cia. Rheingantz que possuía casas para seus operários, mestres e engenheiros. E segundo Martins (2005) cada casa seguia o estilo arquitetônico do país de origem dos moradores.

A Rheingantz possuía também em sua planta uma escola, que segundo Martins (2005, p.9) a antiga escola ensinava aos operários da Fábrica na época, bem como os filhos dos mesmos que possuíssem até 12 anos de idade. Porém, segundo Pedroso;

Diante da perspectiva de que a ordem pudesse vir a ser perturbada pela ação dos sindicatos, a Rheingantz desenvolvia uma estratégia de dominação social e construção de pensamento, educando os filhos dos operários dentro da lógica de um papel social a ser cumprido (PEDROSO, 2007, p.21).

Por ser uma cidade de operários havia na cidade um forte movimento sindical que lutava através de greves, passeatas e até confrontos diretos pelos direitos dos trabalhadores. Cumpre salientar que 1918, segundo Torres (2008, p.17), foi um ano marcado por greves.

Além de ser uma cidade operária, com indústrias que tinham mais de 500 operários, Rio Grande era uma cidade que possuía também uma elite econômica e social (MARTINS, 2006, p.95). E segundo Olinto (1996, p.157) é possível observar que parte da população rio-grandina desfrutava de intensas sociabilidades:

Grandes companhias de teatro e balé, rumo a Porto Alegre ou Buenos Aires, faziam escala, com apresentações nos vários teatros da cidade, também repleta de cinemas e praças, onde aos domingos as famílias iam passear (OLINTO, 1996, p.157).

Muitos espaços sociais foram criados na cidade desde o final dos oitocentos, como: clubes, praças e colocação de chafarizes, balneário, hipódromo, além de a Igreja Católica ter erigido dois templos na cidade. Além desses espaços havia na cidade cafés, teatros e salões que entretiam socialmente os rio-grandinos.

O centro da cidade foi remodelado e “desenvolveu-se na cidade velha uma urbanidade sob influência francesa onde os prédios lusos e barrocos foram substituídos ou remodelados sob outros estilos de arquitetura” (MARTINS, 2005, p.13-4). Essa pujança era fruto do desenvolvimento da economia da cidade, que segundo Martins (2005, p.15) a situação de cidade portuária e industrial a beneficiava numa economia nacional ainda não integrada, e que assim sendo a favorecia.

2.1 A EXPANSÃO DO PORTO E DA CIDADE

Segundo Bittencourt,

A industrialização propiciou um importante fluxo migratório, com operariado industrial clássico, de baixa renda e pouca instrução, favorecendo assim a marginalização social. A intensa atividade fabril percebida em Rio Grande levou à criação de áreas industriais afastadas do centro da cidade e à formação de zonas residenciais proletárias ao seu redor (BITTENCOURT, 2007, p.47).

Na década de 1870/80 foi destinada uma área para expansão urbana de forma planejada (ver anexos A e B). Era a Cidade Nova que segundo Torres (2008, p.16), era diferente da parte antiga da cidade que havia crescido em ruas estreitas e becos desde o século XVIII.

A partir de 1908 teve início a construção do até hoje denominado Porto Novo. A empresa responsável pela construção foi a Cie. Française. Com a vida da companhia muitos operários de outros estados vieram para Rio Grande, bem como também imigrantes de diversas nacionalidades. É importante observar que a companhia chegou a ter 4000 empregados.

Tendo em vista o desenvolvimento do comércio e da indústria da cidade o novo porto traria rapidez e redução de gastos. A malha férrea gaúcha iria se encontrar com o porto favorecendo o sistema de transporte e agilizando o processo de escoamento da produção. Próximo ao Porto Novo foi construído o Frigorífico Swift já apresentado na tabela 1.

O Porto Novo foi encampado pelo Estado do Rio Grande do Sul em 1918 e de acordo com Martins (2006, p.134) “nas primeiras décadas do século XX era incomum, ou seja, a estatização de um setor produtivo que era a concessão de uma companhia estrangeira ser encampado por um governo estadual”.

A cidade também expandiu-se para além dos limites já estabelecidos inicialmente. Um bairro foi criado e também o Jockey Club, num sistema conhecido como “cidade em projeto”.

A população de Rio Grande, segundo os censos, entre os anos de 1890 e 1940 sofreu um acréscimo de aproximadamente 40%, passando de 24.653 para 60.802 habitantes. A população crescente da cidade solicitava a Inspetoria de Educação do Município escolas em zonas rurais ou nos locais de expansão. Como é possível verificar nesta correspondência, datada de 21 de julho de 1930, da Inspetoria das Escolas Municipais ao Intendente Municipal:

Passando às mãos de V. Exa. a presente solicitação dos moradores da linha do Matadouro, cumpre-me accentuar a justiça do pedido nella contido, principalmente porque sendo uma zona de franco desenvolvimento, não possui um só estabelecimento de ensino localizado em condições de facil acesso às creanças que ali residem. [...] Desde o anno passado que esta Inspectoria vem sendo instada por moradores desta localidade para que interceda junto a V. Exa. no sentido de ser effectivada esta aspiração dos munícipes ali residentes. Entretanto, a falta de oportunidade economica de que esta Inspectoria havia sciencia, protelou a proposta que ora fazemos e que atende às necessidades de um forte nucleo de população escolar.

2.2 A ECONOMIA DE RIO GRANDE PÓS 1930

Com a ascensão de Vargas ao Poder ocorreu no Brasil um grande estímulo ao desenvolvimento industrial e a tentativa de união dos mercados nacionais. Segundo Martins (2006, p.161) houve a substituição de uma economia nacional formada por várias economias regionais para uma economia nacional localizada em diversas partes do território nacional. As economias concorrentes foram desaceleradas, como ocorreu com as cidades fabris sul-rio-grandenses.

Porém ainda segundo Martins (2006, p.162) houve uma contradição que fez com que as economias concorrentes tivessem uma sobrevida: a grande depressão e 1929 e a Segunda Guerra Mundial. Os países europeus estavam impedidos ou com a capacidade de produção reduzida, o que ocasionou uma diminuição na oferta de produtos não duráveis. Dessa forma as indústrias de Rio Grande passaram a produzir mais e importar mais também.

Nas décadas de 1930 e 1940 outros ramos industriais desenvolveram-se em Rio Grande, é o caso das indústrias pesqueiras e da Refinaria Ipiranga. Entre os anos de 1935 e 1944 observa-se a instalação de 5 empresas pesqueiras que possuíam entre 200 e 900 operários nas suas plantas (MARTINS, 2006, p.165).

A Refinaria Ipiranga, instalada em 1937, apresenta uma peculiaridade interessante, segundo Pesavento (*apud* MARTINS, 2006) no Rio Grande do Sul, tal empreendimento corresponde numa das poucas iniciativas em que se concretizou a transposição de capitais agrários para a indústria.

Observo que Rio Grande entre o final do século XIX e os anos de 1940 era uma cidade dinâmica que atraía diversos segmentos industriais. De acordo com uma lista encontrada junto aos documentos da Inspetoria em 1938 as indústrias ainda continuavam empregando muitos operários, a Cia Swift tinha 2419 empregados, a União Fabril 992, a Pook 298 e a Leal Santos 523 no total contabilizado no documento. Esse dinamismo aliado a seu porto e a malha férrea que até ele

chegava, foram os responsáveis pelo desenvolvimento econômico e da cidade como um todo.

Uma peculiaridade da cidade é o afluxo de capitais estrangeiros no final do século XIX, que acabou criando relações diferenciadas destas etnias com o poder público que refletiram inclusive na educação.

Grande foi também a capacidade de Rio Grande em diversificar e reinventar sua economia. Quando a Europa sofria as consequências da II Guerra Mundial a cidade seguiu realizando comércio e lucrando. Quando a economia integrada superou e atingiu Rio Grande, a cidade reinventou sua economia aproveitando seu porto e mar para criar indústrias pesqueiras. E ao fim ainda teve a criação da Refinaria Ipiranga atraída pela estrutura do porto, trazendo mais dinamismo e diferenciação a economia do município.

3 HISTÓRIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO

Para Saviani (2005, p.29) no Brasil podem ser distinguidos três momentos da política educacional. De 1890 a 1931 o federalismo foi predominante na educação, a oferta escolar primária era viabilizada pelos estados, esse foi o primeiro momento. No segundo momento que ocorreu de 1931 a 1961, a regulamentação do ensino foi tarefa da União. A concepção pedagógica voltada à produtividade foi à característica do terceiro momento e estendeu-se até 2001.

Observam-se muitas reformas que dizem respeito à educação entre a implantação da República e o Golpe do Estado Novo. Entretanto Romanelli (1991, p.43) salienta que:

Todas essas reformas, porém, não passaram de tentativas frustradas e, mesmo quando aplicadas representavam o pensamento isolado e desordenado dos comandos políticos, o que estava muito longe de poder comparar-se a uma vida política nacional de educação (ROMANELLI, 1991, p.43).

O maior problema no Brasil seria, segundo os pensadores da época, a educação, e através dele decorreriam os outros (sociais, econômicos e políticos). Educar o povo seria solucionar as mazelas do país.

3.1 AS POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO NA PRIMEIRA REPÚBLICA BRASILEIRA

De acordo com Bastos (2005, p.35) o período da Primeira República;

Caracterizou-se por uma forte preocupação do Estado com a educação primária. No começo do século, eram quarenta mil alunos; em 1920, atingiam a casa dos cem mil, em 1927, contavam-se duzentos mil. Construíram-se nessa época, vários edifícios escolares e procurou-se dar nova orientação às escolas mantidas pelo Estado, que, em 1930, eram 718; as escolas municipais eram 2131 e as particulares, 1320 (BASTOS, 2005, p.35).

Tendo em vista a já citada questão de que a educação seria a causa dos problemas do país soluções foram planejadas, como formação de professores e organização do ensino; bem como o citado por Bastos, o aumento do número de escolas.

Fruto desse período são os movimentos que Nagle (1990) denomina entusiasmo pela educação e o posterior otimismo pedagógico. O entusiasmo pela educação caracterizou-se como uma campanha e diversas realizações no sentido de reformar a educação na Primeira República. Segundo Nagle (1990, p.262) foi um movimento típico de matriz nacionalista e principalmente voltado para a escola primária, a escola popular. Já o otimismo pedagógico, foi uma série de movimentos que visavam remodelar a educação através da implantação de novos modelos. De acordo com Nagle (1990, p.265) o otimismo pedagógico encontra a sua mais acabada formulação nos movimentos reformistas estaduais das escolas primárias e normais da década dos anos vinte quando se procurou realizar o ideário do escolanovismo.

Na Primeira República ocorreram diversas propostas de reformas educacionais a nível nacional. De acordo com Vieira e Farias (2011, p.90) tais propostas nem sempre corresponderam a um conjunto orgânico de medidas, mas antes a decretos com o intuito de reformar aspectos específicos relativos a organização do ensino.

A Reforma Benjamin Constant buscou estruturar o ensino em escola primária, secundária, e ensino superior. Foram adotadas:

Medidas que promoveram o alargamento dos canais de acesso ao ensino superior, em função das constantes e crescentes pressões dos candidatos no sentido de tornar mais fácil o ingresso nesse nível, bem como criou condições legais para que as escolas superiores pudessem fornecer diplomas com o mesmo valor daqueles concedidos pelas escolas federais (CORSETTI,1998, p.141).

No ano de 1911 ocorreu a Reforma Rivadavia Corrêa, que defendia a desoficialização do ensino, garantindo liberdade e autonomia integral aos

estabelecimentos de ensino. Tal reforma foi um fracasso e as medidas seguintes em relação a educação, serviram para reordenar o campo educacional.

Em 1925 ocorreu a Reforma João Luiz Alves ou Rocha Vaz, que de acordo com Cunha (1981, p.69) se caracterizava por:

a) disposição do poder central em participar da luta contra o analfabetismo até então entregue aos Estados b) generalização da escola secundária do regime seriado, que antes era exceção; reorganização do ensino superior (CUNHA, 1981, p.69).

Percebo nessa reforma a presença da questão da centralização autoritária, que ainda de acordo com Cunha (1981) continuaria na Reforma Francisco Campos e se consolidaria no Estado Novo.

De acordo com Nagle;

Um apanhado geral da educação na República Velha mostra o seguinte: a inexistência de dispositivos constitucionais configurando um projeto amplo e sistemático para a educação nacional; a ausência de órgãos administrativos superiores – Ministérios e Secretarias – para tratarem exclusivamente dos serviços da educação nas esferas federal e estadual; a falta de um plano nacional de educação, a permanência de um sistema escolar sem disciplinamento interno para integrar graus e ramos (NAGLE, 1990, p.190).

Acredito que esse quadro era agravado pelas questões políticas que contornavam o cenário da época. De acordo com Tambara *et al*;

A principal reivindicação da bancada do Rio Grande do Sul no Congresso Nacional consistia em não aceitar a intromissão do governo central nos estados sem prévia aquiescência deles. De outro lado, propugnava o direito dos estados em legitimarem sobre o ensino na forma como bem entendessem, sem prestar conta ao governo central (TAMBARA *et al*, 2007, p.316).

Percebo, através dessa citação, que as oposições ao projeto nacional encontravam-se no federalismo, no positivismo e na falta de um plano nacional de educação. Também é importante citar que na Primeira República as políticas públicas educacionais, principalmente no Rio Grande do Sul, voltaram-se a expansão do ensino primário, nacionalização do ensino, centralização administrativa e uniformização pedagógica e uso da escola para moldar o homem com os valores considerados ideais à época.

3.2 AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS PÓS REVOLUÇÃO DE 1930

Segundo Romanelli; (1991, p.47)

O que se convencionou chamar de Revolução de 1930, foi o ponto alto de uma série de revoluções e movimentos armados que durante o período compreendido entre 1930 e 1964, se empenharam em promover vários rompimentos políticos e econômicos com a velha ordem social oligárquica (ROMANELLI, 1991, p.47).

No novo governo a primeira iniciativa relacionada à educação foi a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, seguida de uma reforma educacional. Segundo Werle (2005, p.43) o Ministério era composto de quatro departamentos: de Ensino, de Saúde Pública, de Medicina Experimental e de Assistência Pública. O primeiro ministro foi Francisco Campos, e de acordo com Cunha (1981, p.75) ele teria dito em seu primeiro discurso de posse: Sanar e educar o Brasil constitui o primeiro dever de uma revolução que se fez para libertar os brasileiros.

A reforma educacional de 1931-1932, conhecida como Reforma Francisco Campos, mudou a estrutura do ensino, criando um sistema universitário e um sistema para o ensino secundário. De acordo com Peixoto (1983, p.201) a Reforma de Francisco Campos, marca, assim, o início de uma ação mais objetiva do Estado brasileiro em relação ao ensino. De acordo com Vieira e Farias (2011, p.111) as medidas da Reforma acabaram por desvalorizar os cursos profissionalizantes, criando o aumento pela demanda do ensino superior.

Entre 1930 e 1937 a principal divisão entre os que pensavam a educação para o Brasil era entre liberais e católicos. Os liberais, segundo Ghiraldelli (1994, p.39) eram os intelectuais que expressavam os desejos da construção de um país em bases urbano-industriais democráticas e que, no plano educacional, endossavam as teses gerais da Pedagogia Nova. Já os católicos defendiam uma educação tradicional.

Esses pensadores reuniam-se em Conferências Nacionais de Educação desde os anos de 1920. Em 1931 no Rio de Janeiro ocorria a IV Conferência, nela compareceram Getúlio Vargas e o Ministro da Educação Francisco Campos. Os educadores ali presentes foram chamados a apresentar propostas à educação nacional.

Os liberais apresentaram em 1932 o Manifesto dos Pioneiros da Educação, onde buscavam discutir soluções para a educação através da criação do plano nacional de educação e da regionalização do ensino e a defesa da escola pública. Esse manifesto, de acordo com Vieira e Farias;

Traduz, sobretudo, um contraponto ao pensamento conservador, consagrado na visão representada pelo pensamento católico associado ao governo autoritário, defensor da liberdade de ensino e opositor da laicidade e da coeducação (VIEIRA; FARIAS, 2011, p.111).

O Manifesto também é fruto das discussões sobre “a Escola Nova”, e segundo Cunha;

Foi sob o signo do escolanovismo que se formou no Brasil uma geração de educadores [...] que teve nos decênios de 1920, de 1930 e nos subsequentes papel dos mais significativos na luta para que o poder público conferisse maior prioridade aos assuntos da educação (CUNHA, 1981, p.64).

O Manifesto propunha a laicização da educação e o Estado como protagonista nas questões educacionais. O Manifesto é um marco na defesa da

escola pública e no ensino laico no Brasil. A disputa entre os católicos e liberais seguiu-se ainda por muito tempo, como na elaboração da constituinte.

Na Constituição de 1934 a educação aparece como um direito de todos, e a União passa a fiscalizar e coordenar o ensino no país. Os estados, segundo o artigo 151, deveriam organizar e manter os seus sistemas educacionais, segundo as diretrizes definidas pela União e pelos Conselhos Estaduais de Educação. De acordo com Rosa:

Governo Vargas buscou, desde os primeiros anos de sua administração, estruturar as diretrizes da educação no sentido de centralização e uniformização do ensino no território nacional, organizando, regulamentando e controlando o processo educacional e submetendo-o a seu controle direto (ROSA, 2008, p.92).

O civismo também foi prioridade nas políticas públicas educacionais varguistas. De acordo com Baía Horta (1994, p.147) será através dos conceitos de pátria e raça que o tema do civismo será reintroduzido na legislação educacional. De forma prática seria através da educação física e do canto orfeônico que os conceitos se desenvolveriam.

No decreto 24794 de 14 de julho de 1934 a educação física se justificava porque a “Nação é um somatório de valor tríplice (físico, moral e intelectual) de suas parcelas (os indivíduos). De acordo com os documentos da inspetoria de educação de Rio Grande no ano de 1936 foi aprovada a contratação de um professor de cultura física “como complemento da educação moral e intelectual da criança.

Em julho do mesmo ano o inspetor solicitou a aprovação das instruções das aulas e das atribuições do professor. Ao que indica o ofício do dia 17 de outubro de 1936, a contratação foi efetivada, pois neste documento o inspetor pedia ao professor que preparasse as turmas “o melhor possível” para os exames de fim de ano.

Em 1935 foi criada a Secretaria de Estado dos Negócios de Educação e da Saúde Pública. De acordo com Bastos:

Várias providências foram tomadas quanto à regulamentação da carreira do magistério, tais como adoção de novos critérios para o provimento de vagas em escolas primárias e normais e para a remoção de professores, para a capital (1935), criação de quadros especiais, respectivamente, de professores contratados e substitutos (1936) (BASTOS, 2005, p.39-40).

Percebo pelo exposto, que na Reforma Francisco Campos houve a tentativa de organizar, estruturar e centralizar as diretrizes educacionais do estado. De 1930 a 1937 houve muita disputa política, e de acordo com Pandolfi (2011, p.16), essa situação era devido a diversidade de forças que haviam se aglutinado em torno da Aliança que levou Vargas ao poder. Uma das primeiras medidas do novo governo foi a criação do Sistema de Interventorias, pessoas nomeadas pelo presidente para exercerem a direção dos estados, porém eles eram subordinados diretamente ao presidente. Talvez por isso também o “cerco” se fechava na condução da educação pública, pois os responsáveis pela sua direção haviam de ser cobrados sobre as medidas que deveriam ser implantadas.

3.3 AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DURANTE O ESTADO NOVO

É característica do período Varguista a campanha de nacionalização do ensino, muito presente no Rio Grande do Sul nas regiões coloniais italiana e alemã. A ênfase era nos conteúdos nacionais, em especial nas disciplinas de história e geografia do Brasil e no combate a ideias divergentes do ideal nacional. Também o ensino em português era obrigatório, sendo combatido o ensino em alemão ou italiano, haja vista que o idioma também constitui a identidade de um povo. Assim combater o ensino em língua diferente do português era afirmar a soberania e a identidade brasileira.

A política de nacionalização do ensino foi mais efetiva durante o Estado Novo (1937-1945), onde as políticas públicas em educação foram pautadas pelo autoritarismo de um Estado centralizador. Embora desde as primeiras décadas do século XX já existissem ações nacionalistas foi de acordo com Bastos (2005, p.49)

A partir de 1937, tanto em nível nacional como no regional as medidas de nacionalização tornaram-se mais intensas, com o fechamento de escolas estrangeiras, de associações esportivas, culturais e sociais e também de jornais. Essa ação nacionalizadora envolveu diferentes grupos migratórios estrangeiros, como italianos, judeus, poloneses e japoneses (BASTOS, 2005, p.49).

A justificativa para o golpe do Estado Novo foi baseada na manutenção da ordem, e contras as oposições, dessa forma ocorreu também a centralização do poder. O Estado centralizador e autoritário observava na educação a finalidade de socializar o homem. O conceito de educação no Estado Novo de Lindamir Oliveira (2005, p. 128) diz que:

Sua finalidade é consolidar a unidade moral e espiritual do país, é fundamental que no processo de preparação das novas gerações estejam incluídos o respeito a pátria, seus símbolos e tradições, o conhecimento de nossas riquezas e potencialidades (OLIVEIRA, 2005, p.128).

Durante o mandato de Coelho de Souza como secretário estadual de educação houve uma reforma no sistema educativo através de quatro frentes: legislação, reestruturação da secretaria, ampliação da rede e orientação, supervisão e inspeção.

Para combater as ideias divergentes do nacionalismo, como no sul do Brasil. Foram criadas políticas e ações para plasmar o ideal nacional. Entre as ações estão a obrigatoriedade do ensino em língua portuguesa e o estudo da história e geografia do Brasil. Coelho de Souza (*Apud* GERTZ 2005, p.89), secretário estadual de educação durante o Estado Novo, descrevia dessa forma os objetivos da política educacional no Rio Grande do Sul:

sem vacilações... sem transações com o espírito negativista, temos procurado orientar as novas gerações no sentido da beleza moral da vida e do cumprimento do dever cívico, ao reconhecimento dos valores espirituais, à consagração à Pátria ao ideal da unidade brasileira, à disciplina da vontade, à vocação da ordem, à austeridade da conduta, à elegância das atitudes (SOUZA *apud* GERTZ, 2005, p.89).

Na documentação da Inspeção a centralização e o controle propalado tanto nacional como estadualmente estão presentes. Constam no ano de 1936 dois documentos importantes. O primeiro é datado de 11 de abril de 1936, é uma relação das “aulas da campanha” (meio rural), bem como a localização e a situação do prédio das escolas subvencionadas. Já no dia 17 de outubro de 1936 o inspetor relata ao prefeito a inspeção realizada em uma escola subvencionada.

Pelos documentos percebo a política de subvenções utilizada para controlar as escolas privadas (será discutida a frente). Outro elemento é a questão de como encontrava-se a escola: “em perfeita ordem, asseio e disciplina”.

De acordo com Schwartzman *et al*;

A padronização também é um aspecto da nacionalidade. A existência de uma universidade padrão, de escolas-modelo secundárias e técnicas, de currículos mínimos obrigatórios para todos os cursos, de livros didáticos padronizados, de sistema federal de controle e fiscalização, tudo isso correspondia a um ideal de homogeneidade e centralização de tipo napoleônico, que permitia ao ministro de seu escritório no Rio de Janeiro, saber o que cada aluno estava estudando em cada escola do país em um momento dado (SCHWARTZMAN *et al*, 2000, p.156).

Dessa forma não havia espaço para métodos diferentes, nem nada que pudesse tirar o foco de uma educação ordenada, disciplinada e nacional.

4 HISTÓRIA DA INSPEÇÃO ESCOLAR NO BRASIL

4.1 A INSPEÇÃO ESCOLAR A NÍVEL NACIONAL

Com a vinda dos jesuítas para o Brasil tem início a organização escolar. No *Ratio Studiorum*⁶ existiam regras a serem seguidas, e que diziam respeito a todas as dimensões do processo educativo. De acordo com Ferreira e Fortunato (2001, p.2) o conjunto de regras do *Ratio* no Plano Geral dos Jesuítas configura a ideia de supervisão e de inspeção, inspeção esta que controla as regras fornecidas pelas autoridades educacionais.

A supervisão do cumprimento das regras era executada por alguém que exclusivamente tinha esta tarefa, que seria o prefeito dos estudos. Com a expulsão dos jesuítas dos domínios portugueses em 1760 e a consequente organização das aulas régias passa a existir a figura do diretor de estudos, responsável pela inspeção e direção do ensino.

Segundo Hoeller (p.2) no Império os serviços de inspeção, estiveram articulados ao processo civilizatório nacional. Inspeccionar as escolas significava verificar tanto a ação docente como os comportamentos das crianças/alunos e, em certos casos o posicionamento das famílias frente as determinações de encaminharem seus filhos a escola.

Parece-me que desde a expulsão dos jesuítas a inspeção foi aglutinada junto a outras funções. No sistema de ensino mútuo, era o professor o responsável pela

⁶ Conjunto de normas criado para regulamentar o ensino nos colégios jesuíticos. Sua primeira edição, de 1599, além de sustentar a educação jesuítica ganhou status de norma para toda a Companhia de Jesus. Tinha por finalidade ordenar as atividades, funções e os métodos de avaliação nas escolas jesuíticas. O objetivo maior da educação jesuítica segundo a própria Companhia não era o de inovar, mas sim de cumprir as palavras de Cristo: “Docete omnes gentes, ensinai, instrui, mostrai a todos a verdade.” Esse foi um dos motivos pelos quais os jesuítas desempenharam na Europa e também no chamado “Novo Mundo” o papel de educadores, unido à veia missionária da Ordem. *In*: Glossário Da HISTEDBR. Verbete elaborado por César de Alencar Arnaut de Toledo, Flávio Massami Martins Ruckstadter e Vanessa Campos Mariano Ruckstadter. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_ratio_studiorum.htm#_ftnref1>. Acesso em: 10 de junho de 2011.

supervisão. Ele instruía os monitores e supervisionava as suas atividades de ensino, assim como a aprendizagem do conjunto de alunos (SAVIANI, 2008, p.22).

Foi ainda no Império que a questão da inspeção escolar voltou a ser exercida não mais vinculada a outras funções educativas. Através das Reformas Couto Ferraz cabia ao inspetor;

Supervisionar, seja pessoalmente, seja por seus delegados ou pelos membros do Conselho Diretor, todas as escolas, colégios, casas de educação, estabelecimentos de instrução primária e secundária, públicos e particulares (ALMEIDA, *apud* SAVIANI, p.23).

Entre os anos finais do Império brasileiro e a primeira década da República surgem debates e ideias sobre a criação de um sistema nacional de educação;

O que implicava a criação de órgãos centrais e intermediários de formulação de diretrizes e normas pedagógicas bem como de inspeção, controle e coordenação, isto é supervisão educativa (SAVIANI, 2008, p.24).

A nascente República precisava constituir-se como nação, transmitir o civismo e o patriotismo aos jovens e futuros cidadãos. Fruto dos debates do início da República são os profissionais educacionais, que tratavam em órgãos específicos a questão da educação. O local que entendiam ser o mais adequado para incutir os valores nacionalistas e disciplinadores era a escola primária.

Segundo Nagle;

Ao lado do combate à estrangeirização do Brasil, procura debelar o analfabetismo e difundir a escola primária, transformada num dos grandes problemas nacionais. Há uma preocupação cada vez maior com a promoção da Língua Pátria, com o avivamento e a desmistificação da História e da Geografia do Brasil (NAGLE; 1990, p.262).

O movimento seguinte em relação à educação no Brasil foi o surgimento dos profissionais da educação. A busca pela racionalização dos serviços educacionais é notada através das reformas educacionais em alguns estados do Brasil, como Ceará (1923), Bahia (1925), Minas Gerais (1927) e Pernambuco (1928).

Surgido após a Revolução de 1930 o Ministério da Educação foi uma das primeiras iniciativas do novo governo em relação a educação. Foram criados, segundo Werle (2009, p.43-4), nos anos trinta, um corpo de informantes municipais, incumbido de colaborar com a Diretoria Geral de Informações Estatísticas e Divulgação do Estado. Os informantes municipais deveriam articular-se com a administração estadual, atuando como órgão informativo de caráter local, quanto à organização, cadastro e execução de inquéritos culturais e médico-sanitários, devendo, entretanto, ser indicados pelo prefeito municipal.

O governo Vargas, no aspecto relativo à educação, caracteriza-se de acordo com Vieira e Farias (2007, p.90) por dois traços fundamentais: centralização e autoritarismo. Acrescento ainda, a questão do nacionalismo. A centralização e o autoritarismo são frutos de alianças realizadas por Vargas durante seu governo, inclusive com opositores.

As políticas educacionais emanadas pelo recente Ministério da Educação possuíam características centralizadoras. Cito aqui a Reforma Francisco Campos em 1931, que teve o mérito de, pela primeira vez manifestar o interesse do Poder Central pela definição de uma estrutura orgânica para o ensino superior, secundário e comercial em todo o território nacional (VIEIRA; FARIAS, 2007, p.92).

Sobre a inspeção escolar no pós 30, já na reforma Francisco Campos as tarefas do inspetor escolar diziam respeito aos aspectos administrativos e de fiscalização (SAVIANI, 2008, p.29-30). O trabalho do inspetor era pautado por determinações políticas, e inclusive ideológicas, próprias do período histórico. No Paraná, segundo Cezar (2000, p.5), a Inspeção de Ensino realizava o trabalho de inspeção escolar através das visitas dos delegados de ensino e;

As escolas esperavam essa visita, que recebiam como verdadeira distinção, porque elas traziam a mensagem do governo aureolado de certa mística, e as notícias dos mais recentes acontecimentos educacionais (CEZAR, 2000, p.5).

Controle, fiscalização e até punição parecem-me sempre estiveram atrelados, ao longo da história educacional, à inspeção escolar. Ferreira e Fortunato (p.2) ao se referirem ao controle da qualidade da educação afirmam que este controle era exercido antes mesmo do Estado Novo;

Como controle vertical e pontual exercido pela inspeção que controlava, literalmente, questões pontuais nas escolas, questões estas que garantiam a formação de uma determinada cidadania considerada a necessária para a época, através de visitas de profissionais que exerciam este cargo com estas responsabilidades (FERREIRA; FORTUNATO, 2006, p.2).

Soma-se, no período do Estado Novo de forma mais enfática, a questão do nacionalismo, que segundo Bastos;

Já estava presente nas discussões, debates e realizações educacionais desde a década de 1910. O entusiasmo pela educação e o otimismo pedagógico do decênio de 1920 trouxeram o nacionalismo para o âmago da questão educacional, que passou, então, a ser formulada como programa de constituição da nacionalidade (BASTOS, 2005, p.17).

Dessa forma, durante o Estado Novo, a inspeção escolar buscava exercer o controle através de fiscalizações sobre os agentes envolvidos na educação, bem como a instituições educativas, visando à efetivação, controle e regulação das políticas educacionais do período.

De acordo com Santos e Ferreira;

a educação escolar foi estrategicamente usada com a intenção de eliminar focos contrários ao projeto nacionalista no período de 1937 a 1945. Um aparato legal foi elaborado, contendo diretrizes para a gestão de uma política que pretendia a inserção na sala de aula, de práticas pedagógicas, conteúdos e habilidades, delineando um

espaço de reprodução de formas de pensar, sentir e viver conformados ao nacionalismo, alterando a cultura escolar original (SANTOS; FERREIRA, 2006, p.1-2).

No período do Estado Novo as políticas educacionais estavam todas voltadas para a conformação dos brasileiros aos ditames da política nacional, bem como aos ideais de nação e civismo. Martins (1993, p.10) diz que a política educacional é carregada de intenções. Ainda acrescento a análise de Azevedo (1997, p.60) que diz que a política educacional articula-se ao projeto de sociedade que se pretende implantar, ou que está em curso, em cada momento histórico, ou em cada conjuntura [...].

Portanto, diz Santos e Ferreira (2001, p.10), toda a inspeção está subordinada a uma concepção de educação que fundamenta um política exarada ou em vigor. Sua função, especificamente, é garantir o cumprimento de uma determinada política em práticas pedagógicas e vistoriar que se tornem efetivas as suas prescrições.

Dessa forma no Estado Novo a inspeção escolar era uma forma de controlar a educação e observar como estava se dando a implementação das políticas educacionais determinadas. Através das prescrições das políticas educacionais emanava o trabalho do inspetor. Por meio das inspeções, vistorias e relatórios o inspetor efetivava o controle das políticas educacionais nacionalistas do período.

4.2 A INSPEÇÃO ESCOLAR NO RIO GRANDE DO SUL DO IMPÉRIO A REPÚBLICA

Encontrei em Regina Schneider (1993) importantes considerações sobre a inspeção escolar no Rio Grande do Sul, desde o Primeiro Reinado até o ano de 1889. Tendo em vista as excelentes reflexões da autora utilizarei prioritariamente seu livro para contribuir no capítulo que ora escrevo.

Indica Schneider (1993, p.24) que no Rio Grande do Sul em 1823 foi criado o Conselho da Presidência, composto por residentes na província, que entre suas atribuições funcionaria como órgão consultivo do Presidente da Província em assuntos sobre a “educação da mocidade”. Não havia alguém responsável especificamente pela função de inspeção escolar.

Na Constituição de 1824 foram criados os Conselhos Gerais da Província. Este Conselho em 1831 criou propostas para o quadro precário da instrução no estado, como por exemplo a questão salarial, como entendi através do enunciado na Proposta 21:

Devendo-se promover quanto for possível a instrução pública de que depende o desenvolvimento do Governo Constitucional, que de dia a dia mais se consolidará com o crescimento da instrução, a qual não pode prosperar sem haver bons Mestres, e nem é possível que aqueles que estão nas circunstâncias de desempenhar tão honroso cargo se sujeitem a uma tarefa bastante laboriosa, e com os diminutos ordenados existentes: portanto o Conselho Geral sempre solícito em promover o bem da Província, resolve pela segunda vez:

Artigo 1º Os Mestres Públicos e Mestras de meninas da cidade de Porto Alegre e vilas da Província, vencerão anualmente o ordenado de 600\$000 réis, e os das demais freguesias, e povoações o de 500\$000 réis.

Artigo 2º O Governo da Província mandará construir edifícios com os cômodos necessários para as escolas.

Artigo 3º Não havendo edifícios nacionais para escolas, terão os Mestres da cidade de Porto Alegre, vilas do Rio Grande e São Francisco de Paula, 20\$000 réis mensalmente para o aluguel de casas, nas outras vilas 12\$000 réis, e nas freguesias e povoações nove mil e seiscentos réis⁷ (*apud* SCHNEIDER, 1993, p.39-40).

Com o Ato Adicional de 1834 foram criadas as Assembleias Legislativas, e de acordo com Scheneider (1993), a instrução pública primária e secundária foi a cargo das Províncias, porém os recursos financeiros continuaram centralizados.

⁷ Citou o terceiro artigo para perceber a importância que possuía Rio Grande no contexto educacional da época.

A primeira lei que organizou a instrução primária foi a de 22 de dezembro de 1837. Nesta lei que possuía 29 artigos trazia as atribuições dos inspetores escolares, que seria o promotor público do município.

Entre suas atribuições estava:

Inspeccionar todas as escolas do município e fiscalizar nelas o cumprimento da lei e dos regulamentos [...] propor ao diretor (diretor da instrução pública) os melhoramentos de que no seu entender fossem susceptíveis as escolas sujeitas a sua inspeção (*apud* SCHNEIDER, 1993, p.49).

O inspetor escolar não era alguém relacionado com a educação. Durante a década de 1840 a inspeção seguia precária, e de acordo com Schneider (1993, p.59) isso era devido ao fato de que nem todos os indivíduos dela encarregados estavam preparados para esse mister, embora desempenhassem bem outras funções.

Na década de 1850 outro fator que concorreu para a precariedade das inspeções escolares no Rio Grande do Sul foi a maneira como ela foi estabelecida. Não haviam mais que oito inspetores nomeados no estado, e quem acabava fiscalizando eram as Câmaras Municipais ou outras pessoas com pouca intimidade com os tramites educacionais como: pároco, juiz de paz ou subdelegados. Regina Schneider (1993) cita que a Freguesia do Tahim, localidade pertencente a cidade de Rio Grande era inspecionada pelo fiscal da Câmara.

Essa pouca intimidade com a educação talvez fosse a responsável pelo atraso no envio de documentos, ou mesmo a ausência desses. A dificuldade de comunicação com os locais distantes, também era outro fator. É importante também considerar que esses homens realizavam as inspeções possuíam outras atribuições do cargo na Câmara.

No novo regulamento para as escolas de instrução primária de 1855 um capítulo foi dedicado a inspeção das escolas. De acordo com o documento cabia ao

Presidente da Província, ao Diretor da Instrução Primária, aos Inspetores Municipais, Inspetores Paroquiais e Inspetores especiais a inspeção escolar. Semelhante a Reforma Couto Ferraz. O texto do regulamento guarda muitas semelhanças com o texto da Reforma. Acredito que devido ao que representou a Reforma a nível nacional a Província baseou seu regulamento nesta importante Reforma.

O trabalho do Diretor e dos Inspetores dizia respeito a inspeção e fiscalização do ensino através da construção de relatórios, mapas escolares e na manutenção do cumprimento dos regulamentos e decisões superiores nas escolas.

Em 1857 foi criado um novo regulamento, neste havia um Inspetor Geral nomeado pelo Presidente da Província, teria remuneração e não poderia ser professor ou diretor de escola pública ou privada. Ele seria auxiliado pelo Conselho diretor e delegados das paróquias.

A novidade é o conselho diretor que teria como funções o exame dos melhores métodos e sistema de ensino e o sistema de matrícula dos exames. As atribuições do Inspetor Geral eram mais complexas que as do Regulamento de 1855 e incluíam a convocação do Conselho Diretor, julgamento de infrações disciplinares, propor gratificações extra e aumento de vencimento dos professores a presidência.

Após observarem as críticas quanto ao não uso da palmatória pelos professores e da percepção de falhas no regulamento de 1857 quanto as matérias exigidas no primário, ensino religioso e atendimento a indigentes foi criado em 1859 um novo regulamento. A inspeção estaria a cargo do Presidente da Província, pelos membros do Conselho Diretor, Inspetor Geral da Instrução Pública e pelas Câmaras Municipais.

A inspeção escolar proposta neste novo regulamente, versava entre outros assuntos sobre o número de alunos, número de crianças fora da escola, disciplina e métodos de ensino do professor, conceito que a comunidade tinha sobre o professor, se eram seguidas as ordens e regulamentos e as condições do prédio.

Até abril de 1877, segundo Schneirder;

A inspeção das aulas provinciais estava confiada aos inspetores de comarcas e delegacias paroquiais. Esses elementos possuíam habilitação profissional e não eram remunerados. A maioria mostrava-se indiferente em relação ao seu trabalho (SCHNEIRDER, 1993, p.285).

Através da Lei 1108 de maio de 1877 a inspeção passou a ser realizada pelos Juízes de Paz e a Câmaras, porém persistiam os problemas anteriores, e o abandono dos professores das comarcas mais distantes.

Na década de 1880 a situação não mudou muito em relação a inspeção escolar no Rio Grande do Sul. A imediata inspeção cabia ao Juiz de Paz em exercício, que acredito gerava a falta de fiscalização em algumas escolas e a demora no envio de papéis, como já citado.

De acordo com Schneider (1993, p.411) havia a necessidade de organização da sede da inspeção escolar e a divisão da Província em distritos escolares. A autora cita Dr. Graciano Alves de Azambuja (Diretor-Geral da Instrução Pública) onde o mesmo diz que ainda com mestres bens formados, o ensino será uma realidade somente quando existir uma inspeção severa, sistemática e constante.

Pela leitura realizada é possível observar algumas falhas em relação a inspeção escolar durante o Império. A primeira diz respeito a questão de que os responsáveis pela inspeção não possuíam exclusivamente esta função. Foi citado que eram Juízes de Paz e os representantes das Câmaras os inspetores escolares, mas muitos tinham outras profissões e afazeres. Mesmo que houvesse dedicação eles não conseguiriam realizar com êxito o encargo de inspetor.

Outra falha diz respeito a remuneração. Os inspetores não recebiam a mais pelo encargo, salvo algumas despesas de viagens, fazendo com que seu interesse por realizar uma inspeção de qualidade decaísse. Como também a falta de remuneração dificultava o acesso dos inspetores ao interior da Província.

4.3 A INSPEÇÃO ESCOLAR NO RIO GRANDE DO SUL NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Na tese de Berenice Corsetti encontrei importantes subsídios para discutir a inspeção escolar durante a Primeira República no Rio Grande do Sul. De acordo com Corsetti (1998, p.164) o controle permanente e severo da educação pública foi um dos pressupostos da ação governamental em termos educacionais em nível estadual.

Já era clara a ideia de que eram necessárias pessoas competentes e remuneradas para exercer o cargo de inspetor. É necessário lembrar que o governo do Rio Grande do Sul tinha como fundamento o positivismo e através da educação buscava-se impor os princípios positivos, bem como construir a nacionalidade brasileira.

Sobre a construção da nacionalidade não deve ser esquecida a ação nacionalizadora que buscava integrar os estrangeiros. Entretanto, salienta Corsetti;

A ação nacionalizadora em relação às escolas integrou, portanto, a política educacional da Primeira República, no Rio Grande do Sul, antecedendo em muito o movimento de nacionalização que se efetivou em termos de educação nacional, particularmente no Estado Novo (CORSETTI, 1998, p.174).

Como uma das medidas da ação nacionalizadora o Estado subvencionou escolas particulares, através disso o governo obrigava o ensino em português. Segundo Corsetti;

O decreto (nº 1480 de 24 de maio de 1909) estabelecia a fiscalização prévia da escola pelo período estabelecido no primeiro artigo [6 meses), através do qual, mensalmente, o governo seria informado sobre: estabilidade, necessidade e frequência da escola, aproveitamento dos alunos, método de ensino e idoneidade moral do pessoal diretor e docente, e o que mais pudesse interessar (CORSETTI, 1998, p.179).

É possível observar que a inspeção escolar constituía-se nos “olhos” do governo em regiões coloniais onde se fazia necessária a ação nacionalizadora do estado.

Outra questão que me chamou atenção na questão relacionada a educação e a inspeção escolar na Primeira República diz respeito a centralização de poder, comum também ao Período Vargas. O presidente do Estado possuía diversos poderes em relação a organização da educação como por exemplo: nomeação, remoção, demissão, promoção e punição de professores e funcionários do sistema educacional.

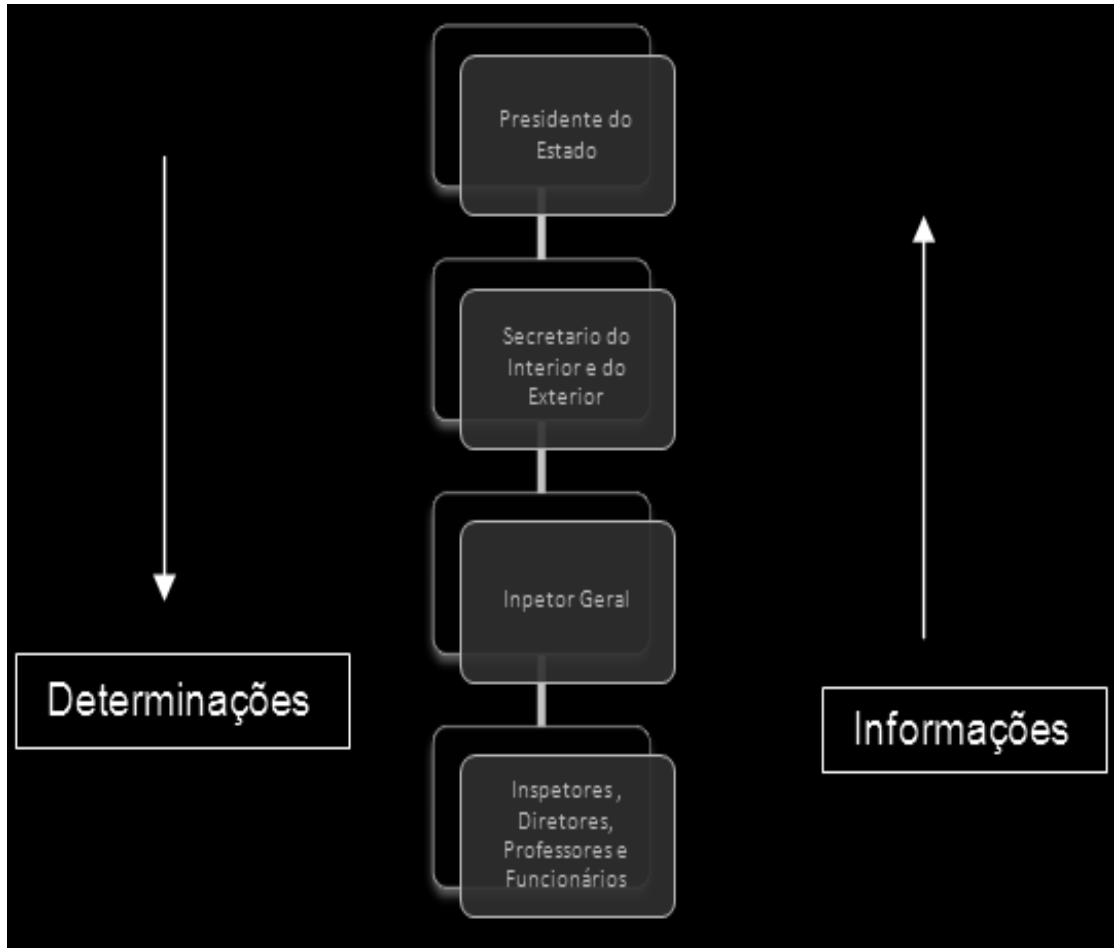
Sendo assim era necessário que o inspetor escolar repassasse informações ao governo do estado, através de relatórios, mapas escolares e correspondências. O inspetor escolar, segundo Corsetti;

Representou a presença articuladora e coordenadora do Estado nas atividades executivas de ensino, preparando as ações que eram determinadas pelo Presidente do Estado, pelo Secretário do Interior, realizando a mediação entre as autoridades máximas e a rede escolar (CORSETTI, 1998, p.344).

Na cidade de Rio Grande percebo que havia também uma mediação realizada pela Inspeção Escolar entre a sociedade do município e as políticas públicas educacionais, como será discutido a frente.

É possível observar que o controle do sistema educacional no Rio Grande do Sul buscava ser centralizado e hierarquizado. O diagrama que construí visa minimamente representar essa hierarquia e a centralização de poder que ocorria no Rio Grande do Sul na Primeira República:

Diagrama1: Hierarquia e Centralização de poder na Primeira República no Rio Grande do Sul



Fonte: Autora

Outra característica da inspeção escolar no Rio Grande do Sul durante a Primeira República é o fato de que os inspetores não permaneciam muito tempo uma mesma região escolar (em 1905 eram 38 regiões). Com isso buscava-se com que os inspetores não conhecessem muito a localidade e nem se envolvessem em questões locais.

Em 1897 o regulamento da instrução pública criou os conselhos distritais compostos por chefes de famílias que visitavam e atestavam escolas e professores. Eram 5 pessoas oriundas das comunidades onde se localizavam as escolas a serem vistoriadas. De acordo com Corsetti (1998, p.349) os membros do conselho

deveriam de todas as formas possíveis a propaganda da instrução, podendo ainda, promover solenidades escolares comemorativas. Percebo que além das questões da fiscalização, a questão da afirmação da nacionalidade também estava presente. O poder central gaúcho conseguia através da participação dos cidadãos mapear a totalidade das escolas, pois em cada local haveria um fiscal atuando, inclusive de forma gratuita.

Outra questão importante sobre a atuação dos conselhos dentro das políticas do Estado, diz respeito a valorização do cidadão. O chefe de família chamado a participar deveria ser alguém de prestígio, valorizado na sua comunidade. Com a participação destes “homens de bem” na fiscalização o Estado ganhava prestígio junto a comunidade, podendo ser revertido em apoio político quando necessário.

Pelo exposto sobre a inspeção escolar no Rio Grande do Sul dois fatores sobressaem-se: redução de custos (uso das comunidades na fiscalização) e controle rigoroso (administração centralizada)

Comparando minimamente a inspeção escolar durante o Império com a que ocorreu durante a Primeira República parecem ter ocorrido melhoras. Os inspetores passaram a ser remunerados, e exercer exclusivamente a função de inspeção escolar. Outra característica que diferencia é o rígido controle. Antes devido as diferentes atribuições dos inspetores e a falta de remuneração muitos locais ficavam sem cobertura do sistema de inspeção. Com as mudanças impostas durante a Primeira República e as características políticas do período foi possível exercer o controle central sobre os inspetores e seu trabalho.

Observo que a inspeção escolar nem sempre foi realizada por uma pessoa apenas. Cito o caso dos conselhos distritais e os conselhos escolares que realizavam de forma colegiada a inspeção. Ainda no Império, como já citado, as Câmaras também executavam essa tarefa de forma colegiada.

4.4 A INSPEÇÃO ESCOLAR NO RIO GRANDE DO SUL NO PERÍODO VARGAS

A educação no Rio Grande do Sul na era Vargas foi marcada pelo nacionalismo manifestado de diversas formas.

Segundo Quadros;

A nacionalização do ensino como processo amplo, abriu um campo de possibilidades para a intervenção estatal, que envolveu, pelo menos, quatro dimensões importantes e concomitantes: uma extensa e detalhada jurisprudência sobre educação; a reestruturação técnica e administrativa da Secretaria de Educação e Saúde Pública; o desenvolvimento da política de expansão da rede de ensino estatal, com a construção de escolas, contratação de professores e funcionários e a ampliação do número de estudantes matriculados; e uma atenta orientação, supervisão e inspeção do trabalho escolar (QUADROS, 2009, p.205-6).

O discurso nacionalista propagado pela Secretaria de Educação vinha combater o “perigo” que havia para a unidade cultural e nacional do Brasil. Era necessário silenciar o que fosse diferente, o que fosse exótico.

Durante o Estado Novo no Rio Grande do Sul o interventor era Cordeiro de Farias e de acordo com Quadros (2009, p.209) coube a ele:

executar as diretrizes estabelecidas pelo governo central e que abrangiam três aspectos: a necessidade de conferir um conteúdo nacional à educação transmitida nas escolas; a padronização do currículo, dos materiais didáticos e dos sistemas de regulação e fiscalização; a erradicação das minorias étnicas, linguísticas e culturais estabelecidas no Brasil (QUADROS, 2009, p.209).

O teor do relatório enviado pelo Inspetor escolar de Rio Grande às escolas no dia 28 de maio de 1936 tem o teor muito próximo a uma das determinações do período:

Há pouco esta Inspeção organizou lições especiais de noções de GEOGRAFIA, HISTORIA PATRIA, GEOMETRIA e CIENCIAS NATURAIS para as 3^{as} classes, distribuindo os respectivos pontos entre os professores dessas classes. As referidas lições, em linguagem simples, própria e acessível à criança abrangem os conhecimentos necessários e imprescindíveis ao nosso escolar alfabetizado, uniformizando-se, assim, o ensino dessa pequena parcela de elementos com os quais devemos dotar a criança.

Observo que as diretrizes educacionais percorriam um caminho descendente chegando até os municípios. Entendo que por isso o documento acima citado possui caráter nacionalista e de padronização do ensino.

Outra característica da inspeção escolar durante os anos Vargas no Rio Grande do Sul diz respeito às professoras da nacionalização. Eras professoras que foram dar aulas em lugares onde o ensino era em língua diferente do português, especialmente alemão e italiano, e a comunidade resistia as determinações nacionalistas (BASTOS, 2005).

Os professores estrangeiros foram proibidos de lecionar pelo decreto n° 7614 de 12 de dezembro de 1938. Entretanto em Rio Grande, poucos dias antes deste decreto foi solicitado a naturalização de um professor alemão que lecionava no Ginásio Municipal.

De acordo com Martins (2006, p.85) havia em Rio Grande uma escola da comunidade luterana. O templo que lhe abrigava foi fechado em 1945. Na documentação da Inspeção não há referências a esta escola. Acredito que ela não foi fechada por ação da Inspeção Escolar, mas devido à conjuntura da época. O caso mais emblemático envolvendo professores estrangeiros será abordado mais a frente. Percebo que parecia haver em Rio Grande uma maior tolerância com os estrangeiros por parte da sociedade e até mesmo da Inspeção.

A postura da Secretaria Estadual de Educação, em relação as escolas particulares das zonas que deveriam ser nacionalizadas, era conciliatória, sem violência, e até mesmo integradora.

Segundo Coelho de Souza (*apud* QUADROS, 2009, p.211) não pensou o governo destruir a obra realizada pela iniciativa particular, mas sim aproveitá-la e encaminhá-la no sentido de sua integração nacional.

Outros fatores a serem considerados da educação no Rio Grande do Sul durante o Período Vargas dizem respeito a burocratização da Secretaria Estadual de Educação, criação das delegacias de ensino (em 1938 Rio Grande pertencia a 5ª região escolar, com sede em Pelotas), concursos públicos para professores e contratação de orientadores e inspetores escolares.

Em René Gertz encontrei mais um elemento da educação no Rio Grande do Sul presente também nas questões da inspeção escolar: o patriotismo e as festas cívicas. Segundo Gertz (2005, p.103) nos regimes autoritários, patriotismo e festas cívicas costumam estar muito presentes no dia-a-dia. Escolas, alunos e professores tinham sido profundamente envolvidos nessas atividades.

Figura1: Desfile Cívico em Rio Grande no ano de 1944



Fonte: Pimentel (1944, p.539)

Em 25 de setembro de 1936 o inspetor escolar de Rio Grande enviou ao prefeito um ofício onde relata sobre o êxito da Festa da Árvore salientando:

Que a Inspeção ficou deveras satisfeita com o êxito alcançado, pois o programa, em suas diversas partes, foi cumprido à risca, tendo contribuído muito para o brilhantismo da mesma a honestidade e boa vontade mostradas pelas professoras e alunos das nossas escolas.

Entretanto um documento anterior, uma circular enviada pelo inspetor contradiz um ponto: a questão da “boa vontade”. Salienta o Inspetor na circular:

Que é das obrigações e atribuições dos professores tomarem os mesmos parte ativa e eficiente em todas as comemorações de caráter escolar em qualquer dia e hora, logicamente, determinadas pela autoridade competente e superior.

Alerta ainda o inspetor que caso os professores não cumpram as determinações nas festas sofrerão suspensões e perda de vencimentos. Saliento que mesmo que as políticas e as determinações incutissem a ideia de nacionalismo nos professores e alunos, o êxito só era possível através de um rígido controle.

Também é importante lembrar que durante o Período Vargas outra questão educacional dizia respeito à influência católica na educação. Foi criada no Rio Grande do Sul, segundo Gertz (2005, p.106) a Associação de Professores Católicos do Rio Grande do Sul, e havia por parte desse grupo desejo de influenciar a política educacional no estado. As escolas luteranas das regiões de colonização foram fechadas, mas as escolas católicas não.

No município de Rio Grande havia uma certa diferença em relação as religiões. Observei o bom relacionamento da Inspeção com a “Tenda Espiritualista” e com a “Sociedade Kardecista”. Na primeira localizava-se uma escola (Graduada nº III) e a segunda recebeu da Inspeção agradecimentos pela doação de cadernos para os alunos pobres. Havia de certa forma, uma boa relação com a comunidade e um respeito as religiões da população.

A preocupação referente aos conteúdos nacionalistas, festas cívicas e diversidade religiosa, não se repete na questão das condições materiais em que se encontravam as escolas. Do material coletado entre os anos de 1936 e 1942 existem 20 documentos entre ofícios, relatórios, inventários e pedidos que apresentam e buscam soluções para as condições das escolas. No ofício do dia 16 de março de 1936 o inspetor relata a situação do prédio de uma escola localizada em uma ilha, e ao fim aguarda ordens do prefeito sobre o que realizar;

Numa das ultimas marés a água abeirou-se da escola ameaçando o edifício da mesma. Há, portanto, iminente perigo de ser o referido prédio da escola tragado pelo mar. Trago o fato ao conhecimento de V.Ex. para serem tomadas as necessárias providencias, para o que desde já, esta Inspetoria aguarda ordens.

Entendo que o inspetor deveria aguardar o que fazer, haja vista a grandiosidade do acontecido era necessário dispor de grandes somas para consertar o estrago. Porém o controle do prefeito era tanto que até um simples conserto na fechadura deveria ter autorização: “solicito autorizar a DVO fazer reparo, urgente, na fechadura da porta de acesso da Escola Graduada II”.

Outro motivo que leva a entender o pouco poder de ação do inspetor poderia ser o valor que a prefeitura repassava a Inspetoria. Na resposta do inspetor ao professor através do memorando do dia 26 de outubro de 1938 fica evidente que era pouco e insuficiente. O inspetor solicita uma verba suplementar de “R\$ 3:200\$000, para cobrir a diferença e atender as despesas prováveis até o fim do presente exercício”

4.5 A INSPEÇÃO ESCOLAR NA CIDADE DE EM RIO GRANDE - RS NO IMPÉRIO

Observando a historia da inspeção escolar no século XIX, percebo que Rio Grande seguia as determinações estaduais e nacionais. No texto de Alves e Torres (1997), os autores recuperam importantes elementos para compor o mosaico da educação no século XIX na cidade. Embora não utilizem a palavra inspeção em seu

texto os autores apresentam os relatórios da Câmara Municipal, que era a responsável pelo serviço de inspeção.

De acordo com os autores a instrução primária particular era diferenciada, porém pouco acessível devido aos valores cobrados pelos estabelecimentos. Quanto à instrução pública ela não atingia a todos em idade escolar, devido a pouca oferta. Em 1851 haviam 282 alunos matriculados, que representavam 2% da população da cidade.

Através dos trechos dos relatórios da Câmara, citados por Alves e Torres (1997), é possível perceber os obstáculos a educação em Rio Grande, e eles não diferem muitos dos observados nacionalmente. Como primeiro obstáculo esta a falta de um sistema de ensino uniforme. De acordo com os relatórios dos anos de 1851 e 1856 o ensino estaria “ao capricho dos professores”. Os professores seguiam o método que lhes fosse mais conveniente, não havendo uma homogeneidade entre as diferentes escolas.

Também relatam Alves e Torres (1997, p.55-6) que outra dificuldade era em relação aos prédios escolares. O relatório de 1887 traz este relato:

A localização das aulas é coisa difícil, pela carência de casas apropriadas. Pela quantia taxada no orçamento provincial para o aluguel de casas para aulas, só nas ruas menos populosas e mais retiradas do litoral há casas que possam prestar-se a esse fim; mas o inconveniente então é ficarem elas a grande distancia do centro da cidade, e por essa razão, a frequência das aulas assim localizadas, torna-se nula (ALVES; TORRES, 1997, p.55-6) .

Observo que a raiz dos problemas está nas verbas destinadas a educação, haja vista, segundo o relatório, o pouco valor repassado para o aluguel das salas faz com que a escola localize-se na periferia, dificultando o acesso. Somente com a República é que os prédios escolares passaram a ser construídos e mantidos pelo estado.

Saliento a questão mostrada a nível estadual, de que os inspetores não cumpriam suas atribuições devido ao deslocamento, falta de honorários ou outros trabalhos. Tal fato não se nota na cidade de Rio Grande. Os relatórios mostram um panorama da educação apontando falhas e sugerindo soluções como no relatório de 1851, que sugere reforma no método de ensino mútuo:

Estabelecidos em suas competentes obrigações os 3 ajudantes, crescem indubitavelmente os trabalhos do professor, mas desse modo colher-se-á a vantagem do mais útil e mais profundo ensino.

Pelo menos nas intenções os responsáveis pela fiscalização do ensino na cidade eram pródigos. Entre 1879 e 1883 houve a tentativa de criação de uma escola municipal. Fato esse, que, de acordo com Alves (1998, p.148) constituiu-se num significativo e pitoresco episódio que bem representou a situação educacional da época. A criação da escola “Silveira Martins” representou mais um evento político e de homenagem a Gaspar da Silveira Martins, ministro que beneficiou Rio Grande com dois decretos (extensão da estrada de ferro e tarifas protecionistas). O início das obras foi garantido com doações dos munícipes, e a escola, quando pronta iria atender às constatações já citadas da falta de salas apropriadas.

Porém um incêndio destruiu o prédio em construção e durante algum tempo buscaram ajuda financeira na Assembleia, mas sem sucesso. Já na República no ano de 1892, foi autorizada a venda dos materiais da construção ainda existentes, acabando definitivamente com a ideia da construção da escola.

Outra peculiaridade que demonstra as intenções da Câmara, fiscalizadora da educação, foi a sugestão de que os contratos com os fornecedores dos materiais para as escolas fossem feitos pelas Câmaras. Eram casos como o do Relatório de 1880, citado por Alves e Torres (1997) que a ideia acima visava solucionar;

Sente, porém, ter de dizer que os pedidos de utensílios feitos pelos professores transmitidos pela Câmara, desde o ano passado não foram satisfeitos com regularidade, ocasionando, assim, os inconvenientes que as comissões nomeadas para exame das aulas tem, por vezes, apontado, de haver aulas onde alguns meninos

estudam de pé, por não terem bancos para assentar-se, outros forçados a esperar pelos livros dos companheiros para terem em que aprender. Muitos professores, tem à sua custa, fornecido livros, papel e pena a seus alunos (ALVES; TORRES, 1997).

Porém a ideia não foi incorporada pelo estado, que continuou a deter o controle e pagamento dos contratos, mesmo que isso ocasionasse a demora dos pagamentos e a dificuldade na entrega dos bens. Pelo exposto sobre a inspeção em Rio Grande até a Primeira República observo que além de relatar as fiscalizações, os responsáveis pelas inspeções sugeriam mudanças e novidades, chegando até a construir um prédio escolar, mas malograram.

Mesmo assim a educação em Rio Grande não diferenciava-se do restante do Brasil, em termos de precariedades como falta de salas, professores, materiais e de verbas. Dessa forma a cidade sobressaia-se nos projetos, porém, na prática era semelhante ao restante do país: pobre, precário e sem perspectivas. Como diz no relatório de 1895 a educação na cidade “não preenchia devido aos defeitos de organização, aos seus nobres fins”.

4.6 A INSPEÇÃO ESCOLAR NA CIDADE DE RIO GRANDE NA PRIMEIRA REPÚBLICA

A questão da educação sempre esteve presente na história da cidade, entretanto são necessários mais estudos que contemplem o panorama da educação no município. Como estudos nesse campo, posso citar os artigos de Alves (1998) Fernandes e Tavares (2009), Ribeiro e Fraga (2008) e Fraga e Ribeiro (2010). No livro de Bittencourt, já citado, consta um capítulo dedicado a educação, arte e cultura em Rio Grande.

Através da leitura dos textos é possível perceber que desde o século XIX até o início do século XX (período de análise dos textos) Rio Grande enfrentou dificuldades no seu sistema de ensino. Segundo Bittencourt:

A história da educação em Rio Grande acompanha a do quadro nacional, caracterizada pela ineficiência do sistema. Frente a uma minoria de letrados e eruditos, impunha-se uma enorme massa de analfabetos. As precárias condições de infraestrutura e a falta de verbas, materiais e professores, constituíam-se em empecilhos ao pleno desenvolvimento da instrução sistemática e pública na cidade (BITTENCOURT, 2007, p.111).

De acordo com Martins (2006, p.151), em 1906 foi fundado o Colégio Lemos Junior, e devido ao valor do empreendimento para a área educacional à época, foi equiparado ao Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro.

Ainda que as reivindicações⁸ das zonas de expansão e das escolas menores não fossem atendidas, segundo Bittencourt (2007, p.114), foram fomentados no século XX os cursos profissionalizantes, localizados em escolas como: Liceu Salesiano de Artes e Ofícios Leão XIII, Escola Industrial Elementar (filiada ao Instituto Parobé), Academia de Comércio Dr. João Fernandes Moreira, Instituto Comercial São Francisco e Escola Agrícola da Quinta.

Os cursos de artes e ofícios, como os de Rio Grande, eram ofertados aos pobres, aos ditos “enjeitados da sorte”. Acredito ainda, que o incentivo ao desenvolvimento destes cursos na cidade esteja também ligado ao fato de ser uma cidade voltada à indústria e ao comércio portuário. De acordo com Martins (2006, p.153), nos anos de 1940 havia no município 369 alunos nas escolas industriais, e Porto Alegre com quatro vezes mais população tinha 390 alunos.

A educação primária do operariado rio-grandino, (alfabetização) era realizada a noite e de forma subvencionada pela prefeitura. De acordo com Bittencourt (2007, p.115) muitas das aulas ocorriam em Sociedades, Centro Cultural e na União Operária. Uma das sociedades era a Sociedade Polonesa Águia Branca, construída por imigrantes e que sobreviveu às ações nacionalistas, existindo até hoje.

⁸ Entre os relatórios da Inspeção de Educação aparecem constatações da necessidade de reparos nas escolas e envio de material escolar, bem como outros materiais necessários ao funcionamento das escolas.

Existiam muitas escolas particulares em Rio Grande e algumas recebiam subvenção da prefeitura, como mostram os documentos da década de 1930, onde vagas são disponibilizadas a custo desta subvenção a alunos considerados carentes. A Escola Santa Joana D'Arc, particular, possuía um curso destinado à formação de professores, e algumas vagas eram destinadas ao que hoje poderíamos chamar de bolsistas.

De certa forma Rio Grande mantinha a mesma divisão de cidade operária e da elite econômica e social, também na educação, pois aos operários era reservada a escola noturna, a escola da fábrica ou os cursos profissionalizantes, enquanto que os frequentadores dos parques e teatros circulavam pelas escolas particulares.

4.7 A INSPEÇÃO ESCOLAR NA CIDADE DE RIO GRANDE NO PERÍODO VARGAS

Durante o Estado Novo o controle da qualidade da educação era feito pelo inspetor, “[...] na forma de inspeção rigorosa e pontual de questões que eram entendidas como prioritárias e como tal, verificadas, com rigor, em seu cumprimento” (FERREIRA; FORTUNATO, 2006, p.2).

Observando a documentação da Inspetoria percebo que as inspeções passaram a serem mais rigorosas, apontando falhas e cobrando as medidas sugeridas. Entretanto o inspetor não tem poder de ação, ele aponta falhas e sugere soluções, mas a palavra final é do prefeito. Durante o Período Vargas Rio Grande teve 2 prefeitos: Antonio Rocha de Meirelles Leite (1930-1938) e Roque Aita Junior (1938-1946). Meirelles Leite deixou a prefeitura para ser “Secretário de Estado dos Negócios das Obras Públicas”. Percebo que politicamente Rio Grande mantinha boas relações com o governo estadual.

No Rio Grande do Sul, segundo Gertz (2005) perseguia-se três objetivos no campo do ensino básico no Estado Novo: ampliação do número de escolas e professores, definição do plano de carreira e elaboração de normas e critérios para

as escolas. Foram criadas nesse período as Delegacias Regionais de Ensino. À primeira vista essas ideias diferem da situação de Rio Grande, percebidas na documentação da Inspetoria. É possível observar o citado neste relato apresentado ao prefeito em 7 de agosto de 1930:

Nº XXXIII Marambaia - Esta aula antes de ser ocupada pelo actual regente Luiz Hartung, nunca havia apresentado matrícula superior a 22 alunos. Hoje está com 38 alunos e com excelente frequência. Entretanto, o prédio, como já tive ocasião de referir a V. Exa. é perfeitamente imprestável e com a circunstância de não comportar reparos em condições vantajosas para o município.

Em outros trabalhos que desenvolvi (RIBEIRO; FRAGA, 2008, FRAGA; RIBEIRO, 2010) foi possível observar um certo distanciamento entre o projeto nacional no que se refere a estrutura escolar e a realidade escolar rio-grandina na década de 1930, dadas às condições materiais em que se encontravam muitas das escolas.

A questão da centralização do poder já evidenciada a nível nacional e estadual neste trabalho, também se fazia presente em Rio Grande. Como já citado a Inspetoria tinha pouco poder de ação, e coisas simples sempre tinham que ter autorização. A substituição de um professor falecido fez com que em maio de 1936 a inspetoria apresentasse nomes para o prefeito escolher como substituto. O que chama atenção na lista é que além das questões profissionais são narradas informações pessoais dos candidatos, e quem os indica a vaga.

Porém a citação de questões pessoais não pode ser observada com estranheza, pois a educação neste período é um projeto grandioso, nacional, que busca formar o homem ideal para um novo Brasil. Entendo que devido a isso a prefeitura não poderia arriscar-se a contratar alguém que diferisse dessa ideia.

As festas cívicas já citadas, foram também objeto da centralização de poder exercida pelo prefeito, como se observa no envio do projeto da festa da Primavera e da Árvore e do plano de aula ao prefeito. De acordo com o inspetor, na elaboração

do programa houve a “preocupação de dar ao mesmo um cunho exclusivamente escolar o que, de fato, tivesse expressão e significação”.

Também relacionado às festas as comemorações é o ofício do dia 4 de novembro de 1936, onde o inspetor solicita intervenção do prefeito junto ao Governador para que um trem transporte os alunos até uma localidade. Percebo que a questão da hierarquia de poder também estava presente em Rio Grande, haja vista que a rede ferroviária pertencia ao Estado do Rio Grande do Sul, não tinha o prefeito gerência para sozinho solicitar o transporte.

Pelo que expus acima parece que a Inspeção de Educação de Rio Grande tinha um bom relacionamento com a comunidade, como no caso das doações de cadernos, uso de espaços religiosos para escolas, sem esquecer, entretanto das determinações nacionais. E a sua atuação se fazia nesse meio, ora seguindo as determinações e políticas nacionais no exercício da fiscalização, ora atuando de forma inserida na comunidade, como nas questões religiosas ou na nacionalização étnica.

5 A ATUAÇÃO DA INSPETORIA DE EDUCAÇÃO DE RIO GRANDE ATRAVÉS DE ALGUNS DE SEUS CASOS

Para ilustrar como eram as relações entre a inspetoria de educação com a aplicação das políticas públicas educacionais do período de estudo, bem como sua relação com a comunidade irei analisar 2 casos que considero importantes.

O primeiro é a sindicância que ocorreu no Ginásio Lemos Júnior no ano de 1936, envolvendo professores estrangeiros que lecionavam na escola, alunos e o inspetor de alunos da instituição. O inspetor citado nos autos da sindicância não eram funcionário da Inspetoria de Educação, ele era responsável pela disciplina dos alunos dentro da escola.

O segundo caso é da sindicância que ocorreu em 1939 na escola Graduada nºXII, que envolveu a professora regente, a Inspetoria de Educação e a comunidade do local. Foram realizadas duas sindicâncias, onde ficaram evidentes as relações da Inspetoria com a comunidade. Também percebi a questão da centralização de poder e do controle exercido pela Inspetoria e pela Prefeitura no caso.

5.1 NÓS QUEREMOS UNICAMENTE ABRASILEIRAR O GINÁSIO...: O CASO DOS PROFESSORES ESTRANGEIROS EM RIO GRANDE – RS, 1936

Em 1936 vivia o Brasil sob o governo de Getúlio Vargas, e caminhava o país para a ditadura do Estado Novo. Enquanto isso, na cidade portuária do Rio Grande, os operários das indústrias reivindicavam por escolas para seus filhos. Nos jornais locais eram publicadas as programações dos teatros e outras atividades de lazer. Notava-se assim os diferentes interesses dos grupos que compunham a sociedade rio-grandina.

No dia 23 de outubro de 1936 dirigiram-se a prefeitura de Rio Grande - R.S. os 3 professores estrangeiros que lecionavam no Ginásio Lemos Júnior, eles foram

para entregar ao prefeito uma carta. Junto a carta foi entregue um recorte do jornal “A Gazeta”, do dia anterior.

Figura2: Fotos do Colégio Municipal Lemos Junior



Fonte: Pimentel (1944, p.88)

O professor de latim e história da civilização lecionava desde 1929 no educandário, o responsável pelas disciplinas de francês e geografia, desde 1931 e o de química e história natural desde o ano de 1935. Não tendo nunca, antes do episódio ocorrido nada contra eles na escola ou na comunidade.

Em relação aos professores, percebemos que o motivo que os levou a prefeitura era relacionado ao artigo do jornal, onde era solicitada a saída deles da escola. Tal recorte de jornal é uma nota onde consta a visita de alunos do ginásio que relataram a situação da escola depois que os professores estrangeiros passaram a lecionar. No recorte nota-se conteúdo nacionalista, como por exemplo, a

sugestão feita para que professores rio-grandinos lecionassem no ginásio. A justificativa é de que todos os citados seriam “capazes de realizarem uma obra grandiosa de instrução e patriotismo”. Bem como também na lembrança de frases de heróis nacionais, pois é citada na nota uma frase parodiando Gaspar Martins: “precisamos abasileirar o Brasil”. A figura de Gaspar Martins já era conhecida no meio educacional de Rio Grande, no caso já citado da tentativa de construção de uma escola municipal durante o Império.

Durante o Período Vargas a utilização de heróis para destacar o caráter nacional era muito importante, haja vista como já citado as festa nacionalistas que ocorriam na cidade. Um exemplo dessas festas foi a “Festa da Árvore”, promovida pra Inspeção das Escolas Municipais e pelo Rotary Club no ano de 1937. Consta no programa da festa, desfile dos atletas, canto do hino nacional e “grandiosa demonstração de cultura Physica, com a participação de mil escolares” e jogos escolares. Educar o corpo também fazia parte da formação do cidadão nacionalista. A Reforma Francisco Campos introduziu os exercícios de educação física, e consta na portaria do ministro Capanema que estabelecia o programa das disciplinas escolares a seguinte afirmativa:

Proporcionar aos alunos o desenvolvimento harmonioso do corpo e do espírito, concorrendo assim para formar o homem de ação, física e moralmente sadio, alegre e resolutivo, cõnscio de seu valor e de suas responsabilidades (BAÍIA HORTA, 1994, p.66).

Percebo então que a questão do nacionalismo estava presente nas ações da Inspeção de educação, seja através da festa ou das aulas de educação física. Ao que parece à primeira vista, a Inspeção estava atingindo seu objetivo, pois consta na nota que um aluno havia dado a declaração ao jornal, porém o fato não foi bem esclarecido ao longo da sindicância.

O prefeito mandou instaurar uma sindicância para averiguar os fatos. Na carta do secretário do Ginásio aos professores convocados para auxiliar na sindicância está a seguinte declaração:

Levo ao conhecimento de Vs. Ss. Que fostes designados pelo Ilmo. Sr. Dr. Reitor para, em cumprimento ao despacho do exmo. Sr. Dr. Prefeito, datado de 28 do corrente auxiliar na sindicancia ordenada pelo exmo. Sr. Dr. Prefeito.

A Inspeção não tinha poder de ação, qualquer atitude deveria ter a permissão do prefeito. Isso se deve ao fato de que havia como já citado, um grande controle das ações dos subordinados ao prefeito, visando a centralização do poder. Pois ele deveria também prestar contas das ações desenvolvidas na prefeitura ao Interventor do Estado.

A carta entregue ao prefeito continha denúncias significativas como: perseguição aos professores por eles serem estrangeiros e comportamento subversivo entre alunos reprovados. De acordo com os professores era um movimento recente:

Há duas semanas que percebemos um movimento subversivo, indícios de indisciplina, relaxamento nos estudos entre os alunos, do curso fundamental deste Gymnasio mesmo dos cujo comportamento e aplicação eram modelares até esta data.

Os alunos estariam sendo manipulados, pois, segundo a carta, "tornaram-se instrumento dócil nas mãos de alguém, que pretende lucrar com expulsão dos professores estrangeiros, illude os alunos com vantagens que daqui para eles poderiam resultar". Afirmam os professores que de acordo com o Ministério da Instrução Pública eles possuíam liberdade para escolher os métodos de ensino. Eles usariam, segundo a carta, o "melhores possíveis para transmitir aos alunos a matéria com maior proveito possível e menos esforço para os estudantes". Estas afirmativas dos professores chamam atenção, pois em um Estado nacionalista a educação deveria ser única, sem espaço para técnicas ou métodos diferentes dos aceitos pelas inspeções, secretarias e ministérios.

De acordo com Bastos:

A padronização dos programas de ensino intentava mais um mecanismo de controle do fazer pedagógico do professor, orientando o quê e o como ensinar, medidas que permitiriam às autoridades educacionais uma maior vigilância do cotidiano escolar (BASTOS, 2005, p.190).

Percebo neste caso uma discussão: porque não estaria a Inspetoria corrigindo os professores quanto ao método de ensino, deixando-os livres para escolher, como citado pelo professor. Rio Grande tem uma história ligada ao comércio e ao fluxo de capitalistas estrangeiros, que ajudaram a construir a cidade, dessa forma poderia haver uma boa relação com os estrangeiros na comunidade. E caso os métodos empregados pelos professores não estivesse prejudicando a aprendizagem, o Inspetor pode ter feito vista grossa. Buscava dessa forma a Inspetoria respeitar e de alguma forma dar continuidade à política de boa convivência com os estrangeiros.

O pedido ao prefeito para “purificar a atmosfera sobrecarregada” da escola foi atendido. Em 25 de outubro de 1936, teve início a sindicância, foi ouvido um dos professores e mais seis alunos. De acordo com o professor não era a primeira vez que a imprensa local veiculava artigos contra os três professores estrangeiros. Em 1934, às vésperas da eleição municipal, havia sido publicado no jornal um artigo contra eles, segundo consta no depoimento.

Para os professores, a autoria do artigo que entregaram ao prefeito seria do Inspetor de alunos. Tal suspeita é corroborada pelos depoimentos dos alunos, onde declararam que não teriam sido eles que teriam escrito o artigo. Surgiram nos depoimentos dos alunos suspeitas de outros artigos que seriam publicados contra os professores, porém o reitor teria resolvido internamente na escola. De acordo com o professor depoente, o Inspetor de alunos o havia procurado para dizer que havia aconselhado ao editor pela não publicação, pois os “ditos professores eram modelares no cumprimento de seus deveres”. Dessa forma percebo que internamente na escola os professores eram reconhecidos como bons profissionais e por isso respeitados pelos demais.

No parecer do reitor, anexo aos depoimentos, há uma defesa dos professores sobre a questão de notas dos alunos. Foi deixada à disposição do prefeito o arquivo, onde ele poderia comprovar que "todas as notas dadas pelos professores são a expressão do aproveitamento do aluno." Acredito que esta fala esteja ligada ao fato citado no jornal, quanto aos métodos empregados pelos professores, e já por mim apontada.

Diante do artigo do jornal e da sindicância, o reitor assegura que vai tomar medidas disciplinares (não enunciadas), também declara que não vai prosseguir com a sindicância. Para o reitor, um dos alunos que prestou depoimento seria o divulgador das ideias ao jornal, sendo por isso o único culpado dos fatos decorridos. Corrobora na decisão de culpabilizar o aluno o fato de seu comportamento "não sendo propriamente paranóico, é unicamente um comportamento doentio". Era característica do período a punição a quem não se adequasse as normas e condutas estabelecidas. Dessa forma foi menosprezada a capacidade do aluno para culpabilizá-lo. Sobre o Inspetor de alunos, citado nos depoimentos como quem teria incitado os alunos e os abordado inclusive na praça da cidade, o reitor unicamente estranha a conduta, não tomando nenhuma decisão.

Ao ler o parecer o prefeito pede que sejam ouvidos o Inspetor de alunos e o aluno que disse ter sido interpelado por ele na praça. Percebo que com este movimento o prefeito tira o foco da sindicância que estava girando em torno no nacionalismo. Dessa forma ele protegeu a educação em Rio Grande e a comunidade, pois caso o enfoque continuasse sendo nacionalista, os encaminhamentos seriam outros e poderia haver maiores prejuízos para a educação e talvez para a cidade.

Os depoentes convocados novamente pelo prefeito defenderam suas versões e seguiu-se uma acareação onde mantiveram as mesmas respostas. O Inspetor de alunos afirmou que havia pedido ao editor de "A Gazeta" que lhe fornecesse uma declaração de que não havia sido ele quem entregara o artigo para ser publicado, temia ele que fosse acusado, e como não poderia ficar desempregado resolveu se precaver. No fim das declarações não constam punições, acusações, transferências

ou demissão de funcionários ou professores. Consta apenas que “foi dado por findo o presente inquérito”.

Observando a sindicância percebo que as relações entre os envolvidos e suas atuações, dentro e até mesmo fora da instituição escolar, é que estavam em cena no episódio.

De um lado estavam os professores, que segundo o reitor eram competentes, e ao que parece não temiam a política nacionalista. Na sindicância o foco acabou caindo na questão da postura do Inspetor de alunos, não dos professores e nem suas didáticas.

Não havia medo de serem expulsos, pois os professores conheciam a dinâmica da cidade. Era uma cidade comercial que recebia muitos estrangeiros e sabia usá-los em benefício do crescimento da mesma. Cabe lembrar que eles se expuseram indo ao encontro do prefeito, se houvesse temor talvez a postura tivesse sido outra.

O reitor mostrou uma postura conciliadora, ao que parece tentou proteger o nome da escola, os professores e funcionários, (não deixando serem publicados artigos contra os professores, quando de uma tentativa anterior), entretanto, culpou aos alunos pelo episódio. Ele culpabilizou os envolvidos que possuíam menor visibilidade, os alunos, nomeando como culpado um aluno, e ainda diminuindo a capacidade do mesmo. A culpa caindo sobre o aluno não prejudicaria a escola frente a comunidade, pois representaria que havia na escola punições a quem descumprisse determinações expressas. Esta punição de certa forma fez crescer o prestígio da escola e do prefeito na comunidade.

O Inspetor de alunos possuía um discurso nacionalista, e segundo o artigo do jornal, era alguém com conhecimento suficiente para ser professor. Ele poderia desejar a vaga dos professores. Poderia o mesmo estar usando o jornal para incitar a comunidade na defesa de uma educação nacionalista, o que acabaria por barrar a atuação dos professores estrangeiros na cidade. Ele poderia representar aos alunos

a possibilidade de alguma mudança na grade curricular, acesso ou vantagens dentro do Ginásio. Usando os alunos o Inspetor se protegeria, pois não seria seu nome o foco das discussões na comunidade escolar. Porém não foi provada sua culpa, ele se manteve no cargo, sem prejuízo algum.

Quanto aos alunos eles dividem-se em dois grupos: um que não delata o Inspetor de alunos e outro que nomeia ele como o possível autor do artigo e de inflá-los contra os professores. Os alunos não tinham mais do que sua capacidade de mobilização para oferecer, pois não representam muito na dinâmica do funcionamento da escola. Sendo inclusive apontado, como já salientado, como culpado pelos fatos que levaram a sindicância um dos alunos.

Por fim temos a Prefeitura de Rio Grande - RS, que acatou o pedido dos professores e instaurou a sindicância. Pelo que entendemos a prefeitura não desejava punir aos professores, mesmo sendo eles estrangeiros, e sim averiguar quem desejava subverter a ordem do funcionamento do Ginásio. Devemos lembrar que, no Período Vargas, a centralização do poder é algo primordial e recorrente em vários aspectos. E um fato envolvendo subversão de alunos em uma instituição reconhecida no município não poderia deixar de ser averiguado. Talvez por isso insistisse para que todos os envolvidos fossem ouvidos, inclusive ocorrendo acareação entre as partes.

A Inspetoria de Educação teve um papel de pouco significado neste caso, servindo apenas para colher os depoimentos e entregar ao prefeito. A centralização e o controle exercido pela prefeitura passou por cima da gerência da Inspetoria, tirando seu poder. Além da fiscalização do cumprimento das prescrições das políticas públicas a Inspetoria não tinha muitas outras ações, a não ser organização de sabatinas, de festas cívicas e inspeções.

A sindicância teve fim na tarde de 31 de outubro de 1936, não apontando ao fim culpados, além do aluno citado pelo reitor. Ao saírem da escola no fim da tarde talvez tenham ido apressadamente os relatores, professores e demais envolvidos

até a praça principal ou a um café nos arredores, sem esquecer que na noite havia mais uma peça no teatro.

5.2 AS SINDICÂNCIAS DA ESCOLA UNITÁRIA Nº XII

No primeiro distrito do município de Rio Grande, Bosque Silveira, no ano de 1939 havia uma escola e uma professora com problemas junto a Inspetoria de Educação. Alunos foram retirados da escola por seus pais, depoimentos de analfabetos são desconsiderados e aparentemente a professora titular é a responsável pelo caos.

O caso tratado aqui não é o único que envolveu a Escola n XII, a comunidade, a Inspetoria de Educação e a professora regente. De acordo com o ofício enviado ao prefeito no dia 20 de agosto de 1930, havia na escola outra professora que não estava satisfeita.

Relata o inspetor que suspendeu a professora, pois ela estava "desenvolvendo uma verdadeira propaganda contra o funcionamento da sua aula, pelo desejo expresso de não continuar residindo no local". A professora, segundo consta no ofício, alegava falta de alunos e não havia comunicado aos pais que a escola estaria fechada, mesmo com a ordem da Inspetoria de Educação de reabrir.

Percebo que a escola já havia sido alvo das atenções da Inspetoria e da prefeitura em outros momentos, e por motivos bem semelhantes: a não satisfação da comunidade e da Inspetoria com a atuação da professora. A professora que era regente em 1930 só foi transferida em 1934, sendo substituída pela professora que sofreu a sindicância em 1939.

A documentação encontrada no Arquivo Municipal consta de uma sindicância, realizada no dia 16 de outubro de 1939, uma carta da professora dirigida ao prefeito de 10 de novembro de 1939 e outra sindicância de 12 de janeiro de 1940. Estavam todos os documentos dentro de uma pasta onde se lia "Processos". Acredito que na

documentação esteja faltando o documento que deu início a primeira sindicância, pois na mesma informa o Inspetor que:

Em cumprimento à Portaria nº 90 de 11 do corrente, e às instruções verbais que tive a honra de receber de V. Exa., procedi hoje, no lugar denominado “Bosque Silveira”, não propriamente a um inquérito administrativo, a que dificuldades e inconveniências de ordem vária se opunham, mas a uma sindicância sobre o funcionamento da Escola Unitária XII ali localizada [...].

A hipótese de que parte da documentação possivelmente foi perdida é sustentada nas precárias condições em que se encontrava o Arquivo Municipal, antes do projeto de Salvamento, ocorrido entre os anos de 2006 e 2007.

No documento o relator apresenta as condições do prédio onde a Escola nº XII funcionava, dizendo do mau estado de conservação, e que seu aspecto “não condiz, em absoluto, com o ambiente em que deve o indivíduo receber as primeiras luzes da instrução”. Esta afirmação do relator coloca em pauta a atuação da Inspeção, pois a mesma deveria pedir os consertos ou mudar o local da escola. E também deixa em dúvida se a Inspeção estava seguindo as determinações das políticas que solicitavam prédios adequados ao funcionamento das escolas. Ao longo da documentação, já na segunda sindicância, o inspetor conta que durante o ano letivo ocorreram poucas inspeções na escola, por motivos que ele cita.

O que levou a determinação da sindicância foi uma denúncia à Inspeção ou ao prefeito sobre o funcionamento da escola: “procurando ouvir, primeiramente a acusação, compareci à residência, que é, na parte da frente, um estabelecimento de comércio de gêneros alimentícios [...]”.

Os depoimentos que seguem nas sindicâncias são para averiguar as denúncias contra a professora na sua forma de tratar os alunos e desenvolver a aula. A esposa do comerciante, professora particular, disse que o “[...] descontentamento na povoação é geral em face do pouco ou nenhum rendimento intelectual que a escola dá aos alunos da comunidade”.

Foram considerados inválidos os depoimentos dos analfabetos, pois segundo o relator, “são igualmente, todos falhos dos rudimentares conhecimentos escolares para que se tome em consideração suas declarações”. Ou ainda:

A quase totalidade dos habitantes da população compõem-se de chacareiros e pescadores, gente de pouca ou nenhuma instrução, donde a dificuldade de se firmar uma base concreta para um parecer sobre o caso em tela.

Esta postura do relator é um pouco contraditória em relação ao contexto escolar do município. Foi citado que na cidade existiam aulas noturnas reservadas à alfabetização de adultos, inclusive que contavam com subsídios da prefeitura. Talvez pela distância em relação às salas de aulas noturnas esses moradores não tivessem acesso.

Durante seu depoimento a professora titular da escola afirma que é uma questão pessoal que envolve sua família e a do comerciante da localidade, que “transformou-se, por parte da família deste, em fanática perseguição a escola”. E também, segundo a professora, o comerciante é que obriga aos moradores a retirar os filhos da escola, devido a favores de ordem comercial.

Duas professoras foram levadas a escola para realizarem um exame geral nos alunos onde foi constatado que havia aproveitamento dos alunos. A frequência dos alunos era inconstante, e as examinadoras perceberam isso quando relataram em seu parecer:

Transmitiram-me finalmente, a sua impressão de que nada se lhes afigura que desabone a professora, que muito luta, por sua vez, com o diminuto grau de frequência dos alunos.

De alguma forma a professora poderia estar desacomodando a Inspeção de Educação e a comunidade, por isso foi alvo de uma sindicância. E de acordo com as professoras que procederam ao exame dos alunos, havia aprendizagem, o que estava incomodando, então, poderia ser a postura da professora.

Na conclusão da sindicância o relator afirma que:

Há, fundamentado ou não, um descontentamento de parte da população do Bosque sobre o funcionamento da Escola Municipal ali sediada, o que vem em prejuízo da mais elevada e patriótica iniciativa dos governos atuais, qual seja a do desbravamento das zonas rurais com a alfabetização.

Sugere ao prefeito, com o “modesto parecer”, a transferência da professora para outra escola. Quanto à questão da alfabetização poderia estar o relator se referindo à campanhas de incentivo a políticas de criação de escolas ou a campanhas como a “Cruzada Nacional de Educação”.

Está arquivada, junto aos documentos da Inspetoria, uma correspondência enviada em fevereiro de 1937, ao Governador do Estado, possivelmente distribuída em cópia aos prefeitos. Nela consta o objetivo de abrir 4500 escolas no país em comemoração a data dos 13 de maio. E solicita ao governador que reitere aos prefeitos a solicitação de “inaugurar” por iniciativa da prefeitura, uma escola pelo menos, em cada município.

De acordo René Gertz, um dos objetivos da educação no Estado Novo era abrir escolas. As escolas eram os locais apropriados para ensinar as crianças o nacionalismo e o patriotismo, através como já citado de festas, lições de geografia e história, educação física e cantos. A Escola nº XII estava de certa forma, de acordo com o relator na contra-mão dessa proposta, haja vista a frequência dos alunos.

Ao fim dessa sindicância o relator sugere ao prefeito que a professora seja transferida de escola, e cita que se deve “ressalvar o interesse coletivo, mal grado, embora, o interesse individual”. A educação era vista como uma obra coletiva e nacional, não tendo espaço para inconvenientes, dessa forma restava, à professora, a sua transferência sem questionar as determinações.

O prefeito aceitou a sugestão, e a professora, não satisfeita com transferência, enviou uma carta em 10 de novembro de 1939, direto ao prefeito,

onde solicitava a abertura de uma sindicância. Na carta ela afirma que tal sindicância deve ser aberta na escola de tal forma que acabe “devassando mesmo a sua vida particular”.

Percebo que esta atitude da professora demonstra o controle exercido pelo prefeito nas questões educacionais, bem como também, mais uma vez, o pouco poder da Inspetoria. Caso a Inspetoria tivesse mais poder decisório, a professora teria dirigido a carta ao inspetor e não diretamente ao prefeito, como também fizeram os professores estrangeiros.

A sindicância solicitada foi realizada pela Inspetoria de Educação no dia 12 de janeiro de 1940, o inspetor e um escrivão compareceram ao Bosque Silveira. Saliento que a primeira sindicância foi realizada por uma pessoa apenas, e não era um dos mesmos que foram no dia 12 de janeiro. Consta abaixo da assinatura da primeira sindicância a expressão “1° Escrit° comis. resp. pela Inspetoria Escolar”.

Na segunda sindicância, ultima parte da documentação encontrada, são ouvidas nove pessoas da comunidade, incluindo a própria professora. Os analfabetos não deram depoimentos, apenas informações, embora a segunda depoente não tenha assinado, e seu filho tenha assinado por rogo. Mas os nomes dos analfabetos e dos filhos matriculados na escola constam na sindicância, e são todos favoráveis a professora.

Dos oito depoentes, cinco são a favor da atuação da professora e três contra. Uma pergunta feita aos depoentes chama atenção, pois objetivava saber qual o conceito moral que eles possuíam sobre a professora. Todos os ouvidos afirmam nada saber, e citam frases como essa: “trata-se de uma pessoa honesta e de conduta exemplar”.

De acordo com o relato do inspetor na região existiam 38 crianças em idade escolar e destes apenas 23 estavam matriculados e 20 alunos realizaram os exames finais. Pelo entendimento que tive sobre a sindicância, a baixa procura pela escola é atribuída ao comportamento da professora com os alunos. Isso é outro fator que iria

contra as determinações das políticas nacionais, pois o ideal era que as crianças em idade escolar estivessem estudando. O Estado ampliava vagas, criava escolas novas, subvencionava outras, então mais uma vez percebo que a Escola n° XII estava de certa forma sendo uma contradição no ambiente educacional rio grandino.

Esclarece o inspetor que mesmo com as informações favoráveis colhidas (depoimentos dos analfabetos), nem todos os moradores da comunidade estavam satisfeitos com a professora. Afirmando que fez poucas inspeções na escola, o inspetor diz que não pode afirmar com absoluta segurança a atuação da professora. E tendo em vista os depoimentos, afirma o inspetor que a professora está cercada de antipatia na comunidade, o que prejudicava o funcionamento da escola:

Portanto, por conveniência da instrução, embora deixando de parte o interesse pessoal da professora, o que não entra em cogitação, de vez que entre o jogo do alto interesse da administração e da coletividade, somos de parecer, s.m.j., que a Escola Unitária XII deve ser dirigida por outra regente para que, com o resultado da experiência, possamos fazer juízo seguro da propriedade da medida.

O trecho acima caracteriza bem a ideia do Estado Novo de centralização do poder (alto interesse da administração) e também da sobreposição do Estado ao indivíduo (deixando de parte o interesse pessoal). De acordo com Ricardo Souza (2004, p.98) os interesses particulares são legítimos apenas na medida em que enquadrem-se na harmonia social [...].

A professora deveria sair da escola, submetendo-se as determinações da Inspetoria que defendia um interesse coletivo, que era a busca da qualidade da educação, determinada pelas leis e decretos. De acordo com Ferreira e Fortunato (2006, p.6) a inspeção passou a ser (no Estado Novo) a forma de controle da “qualidade” então pretendida na formação que se esperava.

No caso da Escola n° XII a questão fundamental entendida pela Inspetoria, era o funcionamento da escola. Para tanto a individualidade deveria ser suprimida e o interesse coletivo priorizado. Outra questão que está de certa forma implícita nesta

sindicância é o disciplinamento da professora, ela deveria seguir atentamente as determinações que lhe fossem passadas pela Inspetoria.

Em um ofício datado de sete de março de 1936 o inspetor se dirige aos diretores das escolas graduadas da cidade, informando sobre a observância que deveriam ter com os horários de entrada e saída das professoras. Informa o inspetor que, caso o atraso seja mais que 15 minutos, o ponto deverá ser cortado, e a Inspetoria avisada no fim do mês. A responsabilidade pelo não cumprimento da ordem seria da diretora. De acordo com Bastos (2005, p.199) o disciplinamento de hábitos e atitudes envolvia a prescrição de normas relativas à frequência e à pontualidade escolar de professores e alunos.

No fim da sindicância o prefeito determina que a professora deveria ser transferida, mas lhe dá o direito de escolher a escola para onde quer ir. Na ficha da professora, nos registros da administração municipal, não há referência sobre as sindicâncias ou a transferência. Apenas constam notas sobre casamentos, nascimento de filhos e licenças saúde tiradas ao longo de sua carreira no magistério municipal.

Pela leitura dos documentos entendo que pode ter ocorrido um erro da Inspetoria em não realizar as inspeções, não cumprido seu papel de fiscalizadora da educação. Dessa forma penso que pode ter havido um esmorecimento da professora em relação às evasões e a comunidade, vendo a escola desassistida, e sem condições materiais retirou seus filhos da escola. Na tentativa de apresentar à comunidade que estava seguindo as determinações nacionais, a professora acaba sendo transferida.

A ideia dos relatores era fazer com que a transferência da professora fosse vista pela comunidade como um benefício, uma melhora na qualidade educacional. A questão do prédio não foi mais abordada na segunda sindicância, talvez pela falta de verbas da Inspetoria, já citada inclusive. Dessa forma entendo que a relação da comunidade com a Inspetoria e a prefeitura novamente prevaleceram.

Na documentação percebi a questão da centralização do poder, a professora manda a carta solicitando a segunda sindicância direto ao prefeito, sem usar a Inspeção. Talvez também pelo fato de ter ficado sem a assistência da Inspeção em alguns momentos, ela não confiou que a mesma resolveria sua solicitação.

Entendo que a questão da Escola n° XII ia além das políticas nacionalistas, chegando até a relação com a comunidade. A Inspeção precisou tomar posição no jogo entre três variáveis: a política nacionalista, o corpo docente do município e a comunidade da localidade. Tendo em vista que a Inspeção havia falhado na comunidade, em não realizar periodicamente as inspeções, era necessário, em meu entendimento, apresentar à comunidade uma solução.

A Inspeção fazia parte de um sistema maior que era a Prefeitura, e que para manter-se no poder precisava manter boas relações com a comunidade. Dessa forma a Inspeção, no caso da Escola n° XII, preferiu manter as boas relações, apresentando como solução a transferência da professora.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao encerrar este trabalho quero retomar alguns aspectos salientados durante a escrita que colaboraram para responder a problemática enunciada. Gostaria que este trabalho contribuísse para o debate historiográfico sobre história da cidade de Rio Grande. Não pretendo esgotar o tema e sim, proporcionar que a história da educação de Rio Grande entre no debate sobre a educação no Rio Grande do Sul.

Também gostaria que, ao ler este trabalho, os professores identifiquem a trajetória histórica de sua profissão. O sentido deste movimento, que enunciei na introdução, terá como objetivo a reflexão crítica, a emancipação e a tomada de consciência.

Entendo que o entrelaçamento histórico entre a trajetória da inspeção escolar e das políticas públicas, bem como a observação da dinâmica da cidade me ajudaram na construção deste trabalho. Usei a pesquisa documental na solução da problemática entendendo que ela me possibilitou produzir novos conhecimentos.

Busquei entender os conceitos enunciados nos documentos, no contexto histórico em que foram produzidos. Reconstruí os fatos através dos fragmentos que encontrava, usei também de subjetividade. Não fazendo com que a escrita se aproximasse de um romance, mas observando as sutilezas da documentação e a dinâmica da cidade foi possível perceber os movimentos que não estavam enunciados a priori.

Ao escrever sobre a história da cidade fui entendendo alguns dos aspectos que me ajudaram a compreender a Inspeção de Educação do município. Rio Grande é uma cidade que tem uma geografia que facilitou a instalação de um porto e este serviu de porta de saída da produção charqueadora gaúcha.

O desenvolvimento econômico principal da cidade foi alicerçado no capital comercial e também no capital estrangeiro que aportou na cidade no fim do século

XIX. A cidade então se transformou, surgiram fábricas, novos bairros, sociedades estrangeiras, a cidade tomou ares cosmopolitas, como disse Bittencourt (2007). A educação pública estava inserida neste contexto através da solicitação de novas escolas na cidade, nos locais onde a cidade se expandia, bem como também nos cursos profissionalizantes, que possuíam maiores demanda que na capital do Estado. Saliento iniciativas com a da Rheingantz, que possuía em sua planta uma escola, e também as aulas noturnas voltadas à alfabetização de alunos.

Tendo em vista o capital que aportou na cidade nos fins do século XIX ser estrangeiro, acredito que isso fez com que a cidade se relacionasse de forma diferenciada com as diferentes etnias. Podemos citar o grande número de clubes e associações que havia na cidade. Na educação isso também foi manifestado.

Observo que a educação, no Período Vargas, esteve atrelada a centralização de poder, ao controle superior das decisões e ao nacionalismo. Essas características manifestaram-se nas decisões e determinações às escolas e aos professores e foram emanadas pela Inspetoria.

A busca pela ordem, pelo asseio e pela disciplina era constante, e tinha como foco o trabalho dos professores e a condução da escola, isso era verificado nas inspeções realizadas periodicamente. Pelo menos deveria ser essa a função da Inspetoria escolar.

As categorias construídas quando da organização dos documentos foram salientadas ao longo deste texto. Percebi principalmente as questões da centralização de poder, do controle e do nacionalismo. Nos 2 casos estudados as categorias foram importantes para perceber os movimentos da prefeitura, da Inspetoria e da comunidade em relação a educação e as suas interações.

No Período Vargas as diretrizes educacionais nacionalistas percorriam um caminho descendente do Presidente ao inspetor escolar. Aos inspetores cabia a já citada função de verificar o cumprimento das diretrizes, de fiscalizar as escolas em seu aspecto burocrático também.

Percebi que a Inspeção de Educação de Rio Grande cumpria esse papel, de forma diferenciada. Foi esta diferenciação que busquei apresentar com os relatos do caso dos professores estrangeiros e da Escola nº XII. Havia a utilização da educação com a comunidade e com as políticas públicas.

Meu argumento sobre essa diferenciação tem 3 aspectos que serão apresentados abaixo.

6.1 IMIGRAÇÃO E A EDUCAÇÃO EM RIO GRANDE:

Tendo em vista que grande parte do desenvolvimento da cidade de Rio Grande ter sido atrelado ao capital estrangeiro, entendo que a cidade se relacionava de forma diferente com as etnias que compunham a população. A presença dos imigrantes na cidade é diferenciada já em sua origem. O processo tradicional de imigração, nos idos de 1800, levou os imigrantes a outras regiões do estado do Rio Grande do Sul. Esses imigrantes tradicionais não possuíam em sua maioria capital a ser investido.

Já os imigrantes que construíram as indústrias em Rio Grande vieram em outro momento, já nos fins do século XIX, atraídos pela pujança do comércio portuário e com capital a ser aplicado. Constituíam, portanto, outro tipo de migração. O estabelecimento, na cidade, das indústrias, trouxe diferentes grupos étnicos e com qualificações variadas: engenheiros, encarregados de obras até operários. As indústrias instaladas na cidade acabaram trazendo a cidade grande desenvolvimento social e foram necessários espaços de lazer e de convívio.

O Período Vargas teve como premissa a nacionalização do ensino, através de ações voltadas a determinação do que ensinar e do como ensinar, expressando isso na busca por um rígido controle através da centralização das decisões. Não posso esquecer a abertura de novas vagas, de novas escolas e da orientação aos professores.

Mas porque defendo que em Rio Grande houve tolerância com os estrangeiros no campo da educação? Como ações da Inspetoria de Educação estavam a prescrição e o ajustamento das diretrizes estabelecidas centralmente. No caso citado dos professores estrangeiros, no ano de 1936, a centralização de poder estava presente, pois foi ao prefeito que os professores sentindo-se injustiçados procuraram. Mas ao longo da sindicância aparecem elementos que evidenciam uma certa tolerância.

É citado pelos professores, na carta enviada, que eles possuíam liberdade para escolher o método que melhor lhes convinha, e com a conivência aparente da Inspetoria. É citado que em outra oportunidade houve a tentativa de publicar outros fatos contra os professores. Mas o reitor teria resolvido internamente na escola.

Noto que havia por parte da escola e da Inspetoria e até mesmo do prefeito a vontade de que permanecessem os professores lecionando na escola, mesmo em um contexto nacionalista. Os professores, por sua vez, não temiam a política educacional, pois, ao expor seu caso ao prefeito, fizeram sem medo.

Entendo que a ação efetuada pela Inspetoria, a mando do prefeito, de manter tudo como estava, pode ser um reflexo da dinâmica da cidade. Um local que teve seu desenvolvimento atrelado ao capital estrangeiro haveria de ter uma postura diferenciada em relação a imigração. De certa forma a cidade sabia usar em seu benefício à vinda de estrangeiros.

As prescrições da educação foram interpretadas de forma particular em Rio Grande. A tolerância a métodos de ensino e o emprego de professores estrangeiros tornam evidentes a apropriação diferenciada das prescrições pela Inspetoria.

6.2 A INSPETORIA DE EDUCAÇÃO E A COMUNIDADE:

Ainda relatando as diferentes apropriações das políticas públicas por parte da Inspeção de Educação utilizei as sindicâncias no ano de 1939 na Escola nº XII. Nestas sindicâncias saliento a questão da inserção da Inspeção na comunidade.

Assim como em outros documentos analisados a questão da centralização de poder está presente, pois foi ao prefeito que a professora enviou a carta. Também o controle estava presente, haja vista que a decisão final foi do prefeito.

O que mais chama atenção é a relação da Inspeção com a comunidade. Algumas inspeções deixaram de serem feitas, o que pode ter contribuído para que as condições do prédio não fossem as ideais, bem como também para constatar a baixa frequência dos alunos.

Ganzerla (*apud* ABREU, 2007, p.256), embora falando sobre medidas nacionalistas nas zonas rurais do estado do Rio Grande do Sul apresenta uma importante contribuição que permite entender a relação da Inspeção, e da própria prefeitura com a comunidade. De acordo com ele os responsáveis pela aplicação da lei pertenciam em todos os sentidos à comunidade, da qual dependiam e onde sabiam que permaneceriam, por toda a vida.

Dessa forma entendo por que a Inspeção, mesmo constatando que não haviam motivos concretos para a transferência da professora, pediu sua saída no sentido de apresentar à comunidade uma posição. Dessa forma a Inspeção mantinha uma boa relação com a comunidade e demonstrava que, no momento em que foi necessário, ela se fez presente e apresentou uma solução. E poderia dessa forma contar com a comunidade para apoios, como por exemplo, em relação a política.

No caso dos professores estrangeiros também observo a questão do apoio a comunidade. A escola onde ocorreu a sindicância era tradicional e nela estudaram

pessoas de destaque na cidade. Não seria interessante para a Inspetoria, para a prefeitura ou para o colégio, que algo sobre o funcionamento dele tomasse dimensões maiores e chegasse à comunidade. Por isso foi necessário resolver a questão dentro da escola e que permanecesse do modo. É importante observar que os alunos, professores, reitor, e o inspetor de alunos citados no inquérito eram todos da cidade, possuindo vínculos na comunidade e até mesmo quem sabe vínculos políticos.

6.3 O EQUILÍBRIO ENTRE O NACIONAL E O MUNICIPAL

Na análise de outros documentos citados ao longo do texto foi possível perceber que, em muitos casos, a Inspetoria seguia as determinações. O uso do controle, da centralização do poder e a observância de regras nacionais foi uma constante em muitos momentos.

Porém, percebo que a Inspetoria de Educação buscava um equilíbrio entre as políticas educacionais e os vínculos na comunidade expressos nos exemplos das sindicâncias observadas. Nos dois casos ocorreu o uso diferenciado das prescrições nacionalistas da educação. Tal fato se deve aos vínculos com a comunidade e a busca pela manutenção do poder. Ao Inspetor era necessário o apoio da comunidade para permanecer no cargo, pois como citado, a comunidade poderia denunciar ao prefeito.

Entendo que a problemática proposta, de analisar de que forma a Inspetoria de Educação foi implementadora das políticas públicas nacionais, foi respondida satisfatoriamente. Entendo que a Inspetoria implementava as políticas observando um equilíbrio entre as diretrizes e a comunidade. Da mesma forma o objetivo também foi alcançado, pois houve a implementação das políticas nacionais, mas de forma diferenciada, como defendido acima.

Defendo que em Rio Grande a Inspetoria buscava manter um bom relacionamento com a comunidade, sempre que possível atendendo as suas demandas e visando um equilíbrio com as prescrições nacionais.

Havia uma relativa autonomia das prefeituras durante a Era Vargas. Produziam-se diferentes realidades em cada município do Brasil. Em outros locais podem ter ocorrido situações semelhantes as observadas em Rio Grande – RS. Havia uma mediação entre as políticas nacionais e as comunidades onde deveriam ser aplicadas, como citado acima apoiado em Garzela.

6.4 QUESTÕES PARA O FUTURO

A história da Inspetoria de Educação de Rio Grande ainda pode ser objeto de muitas pesquisas. A documentação que utilizei não havia sido usada antes para pesquisas. Entendo dessa forma que muito de sua história ainda está por ser escrita.

Gostaria de entender a continuidade do trabalho da Inspetoria de Educação de Rio Grande no pós 1945. Surgem dúvidas sobre a relação com a comunidade, se permaneceu como constatei neste trabalho. Também se o inspetor permaneceu com as mesmas atribuições, controladas pelo prefeito equilibrando-se entre as prescrições e a comunidade.

Estas e outras questões poderão ser solucionadas, farta documentação sobre o período pós 1945 está no Arquivo Municipal de Rio Grande. Falta o olhar de um pesquisador interessado.

REFERÊNCIAS

ABREU, Luciano Aronne. **RS estadonovista: interventores e interventorias**. São Leopoldo, 2005. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2005.

_____. **Um olhar regional sobre o Estado Novo**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

ALVES, Francisco das Neves. A instrução pública na cidade de Rio Grande: as reivindicações da Câmara Municipal (1845-1889). *In*: ALVES, Francisco das Neves; TORRES, Luiz Henrique. **A cidade de Rio Grande: estudos históricos**. Rio Grande: FURG, Secretaria Municipal de Educação, 1995.

_____. **A instrução pública na cidade de Rio Grande: o caso da Escola Municipal Silveira Martins**. *In*: NEUBERGER, Lotário (org). **RS: educação e sua história**. Porto Alegre: Ediplat, 1998.

_____; TORRES, Luiz Henrique. A Vila/Cidade do Rio Grande no século XIX. *In*: ALVES, Francisco das Neves; TORRES, Luiz Henrique. **Cidade do Rio Grande: história e historiografia**. Rio Grande: FURG, 1997.

ASSIS, Raimunda Alves Moreira de. **As políticas públicas de educação no município de Itabuna (Bahia): 1930-1945**. Niterói, 2008. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, RJ, 2008.

AZEVEDO, Janete Lins de. **A educação como política pública**. Campinas: Autores Associados, 1997.

BARENHO, Cintia Pereira. **Saber Local e Educação Ambiental: Parcerias Necessárias no Processo de Inserção da Maricultura Familiar na Ilha dos Marinheiros – Rio Grande/RS**. Rio Grande, 2008. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental) - Programa de Pós Graduação, Universidade Federal de Rio Grande, Rio Grande/RS, 2008.

BASTOS, Maria Helena Câmara. **A Revista do Ensino do Rio Grande do Sul (1939-1942): o novo e o nacional em revista**. Pelotas: Seiva, 2005.

BITTENCOURT, Ezio da Rocha. **Da rua ao teatro, os prazeres de uma cidade: sociabilidades e culturas no Brasil Meridional**. Rio Grande: FURG, 2007.

CALADO, Sílvia dos Santos; FERREIRA, Sílvia Cristina dos Reis. **Análise de documentos: métodos de recolha e análise de dados**. DEFCUL, 2004. Disponível em: <<http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/ichagas/mi1/analisedocumentos.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2011.

CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. São Paulo: UNESP, 1999.

CELLARD, André. A análise documental. *In*: POUPART, Jean, *et al.* **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008.

CEZAR, Zenite Teresinha Ribas. Em tempo de intervenção em terras paranaenses: ensino primário público. *In*: **Anais do I Congresso Brasileira de História da Educação**, 2000, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/169_zenith.pdf>. Acesso em: 26 mai. 2008.

COELHO, Claudio M. **Raízes do paradigma indiciário**. Núcleo de Estudos e Pesquisas Indiciárias da UFES, 2008. Disponível em: <<http://www.nei.ufes.br>>. Acesso em: 15 dez. 2011.

CORSETTI, Berenice. **A análise documental no contexto da metodologia qualitativa: uma abordagem a partir da experiência de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unisinos**. UNirevista [online], v. 1, n. 1, 2006.

_____. A metodologia histórico-crítica e a reflexão sobre a questão do rendimento escolar no Brasil. *In*: MARTINS, Ângela Maria (org.); WERLE, Flávia Obino Corrêa (org.). **Políticas educacionais: elementos para reflexão**. Porto Alegre: Redes, 2010.

_____. **Controle e ufanismo: a escola pública no Rio Grande do Sul (1889-1930)**. Santa Maria, 1998. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Santa Maria.

CUNHA, Célio da. **Educação e autoritarismo no Estado Novo**. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1981.

CUNHA, Maria Isabel Da. **O professor universitário na transição de paradigmas**. Araraquara: Jm, 1998.

FERNANDES, Marcele da Silva; TAVARES, Olivia Pereira. A salvação pela educação: o processo educativo em Rio Grande. **Ágora**, v. 15, n. 1, 2009.

FERREIRA, Naura; FORTUNATO, Sarita. **A inspeção escolar como forma de controle do Estado Novo: uma contribuição às origens da gestão da educação**. *In*: Anais do IV Congresso Brasileiro de História da Educação, 2006, Goiânia. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-e-coautorais-eixo03.htm>> . Acesso em: 26 mai. 2008.

FRAGA, Gerson Wasen; RIBEIRO, Ester Rosa. **A professora e o comerciante: cotidiano escolar e relações de poder na Escola Bosque Silveira (Rio Grande 1939/1940).** *In: História: debates e tendências.* v.9, n. 2, 2010.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul, Censos do RS: 1803-1950.** Porto Alegre, 1981.

GATTI, Bernardete Angelina. **A construção da pesquisa em educação no Brasil.** Brasília: Plano, 2002.

GERTZ, René. **O Estado Novo no Rio Grande do Sul.** Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2005.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história.** São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

GOMES, Romeu. **Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa.** *In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade.* Petrópolis: Vozes, 2008.

GONÇALVES, Arlene da Silva. **Os Grupos Escolares no Estado do Mato Grosso como expressão da política pública educacional: o Grupo Escolar Joaquim Murtinho, em Campo Grande, Mato Grosso, sul do estado (1910-1950).** Campo Grande, 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós Graduação, Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2009.

GRAZZIOTTI, Marinete Simões. **Dever do Estado e direito do cidadão: as políticas públicas no governo varguista no Espírito Santo (1930-1945).** Vitória, 2006. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós Graduação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006.

HOELLER, Solange Aparecida de Oliveira. **A fiscalização nas escolas primárias catarinenses (1910-1935): serviço de inspeção e conselhos familiares.** *In: Anais do VIII Encontro de Pesquisa em Educação da Região Sul, ANPED SUL, 2010.* Disponível em: <<http://www.anpedsul.com.br/anais.php>>. Acesso em: 22 jun. 2010.

HORTA, José Silvério Baía. **O Hino, o sermão e a ordem do dia: regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945).** Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

KONDER, Leandro. **O que é dialética.** São Paulo: Brasiliense, 1998.

MARTINS, Cláudia Regina Kawka. **A disciplina escolar de história no ensino público paranaense: 1931 a 1951.** Curitiba, 2006. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós Graduação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

MARTINS, Clélia. **O que é política educacional.** São Paulo: Brasiliense, 1983.

MARTINS, Solismar de Fraga. **Cidade do Rio Grande: industrialização e urbanidade (1873-1990).** Rio Grande: FURG, 2006.

_____. **O papel da cidade de Rio Grande (RS) na economia Rio-Grandense durante a industrialização dispersa (1873/1930).** *In:* Anais Jornadas de História Regional Comparada. Porto Alegre: PUC/RS, 2005.

MAZZOTTI, Alda Judith Alves. A “revisão da bibliografia” em teses e dissertações: meus tipos inesquecíveis - o retorno. *In:* BIANCHETTI, Lucídio; MACHADO, Ana Maria Netto (orgs). **A bússola do escrever:** desafios e estratégias na orientação e escritas de teses e dissertações. Florianópolis: UFSC; São Paulo: Cortez, 2006.

MONTEIRO, Alice Fogaça. **Histórias que os Pescadores não Contaram:** As Narrativas dos Sonhos das Mulheres da Comunidade Pesqueira da 4º Secção da Barra do Rio Grande na Construção de uma Educação Ambiental no Horizonte do Impossível. Rio Grande, 2008. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental) - Programa de Pós Graduação, Universidade Federal de Rio Grande, Rio Grande/RS, 2008.

MIGUEL, Maria Elizabeth Blanck. **A legislação educacional:** uma das fontes de estudo para a história da educação brasileira. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_072.html>. Acesso em: 19 mai. 2011.

NAGLE, Jorge. **A educação na Primeira República.** *In:* FAUSTO, Boris. História Geral da Civilização Brasileira. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. Tomo III; Ilv.

NASCIMENTO, Dorval. Escola, nação e patriotismo: inspeção escolar e promoção da cultura cívica nas escolas primárias de Santa Catarina. **Revista Roteiro**, v.35, n. 2, 2010.

NÓVOA. António. **Apresentação** *In:* STEPANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (org.). Histórias e memórias da educação no Brasil, Petrópolis: Vozes, 2005. Iv.

OLINTO, Beatriz Anselmo. Fragmentos de uma cidade: a Cidade do Rio Grande frente a alguns aspectos da modernidade. *In:* **Revista Biblos**, v. 8, 1996.

OLIVEIRA, Caroline Terra de. **Pescadores de Sonhos e Esperanças:** Experiências em Educação Ambiental com Trabalhadores da Associação de Pescadores Artesanais da Vila São Miguel – Rio Grande/RS. Rio Grande, 2008. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental) - Programa de Pós Graduação, Universidade Federal de Rio Grande, Rio Grande/RS, 2008.

OLIVEIRA, Lindamir Cardoso Vieira. Contribuições à história das relações estado/educação escolar: o período de 1937 à 1946. *In:* **História da Educação**, n. 18, 2005.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. *In:* FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs). **O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

PEDROZO, Ticiano Duarte. **Saneamento e progresso: o projeto de saneamento da cidade de Rio Grande: do plano a implantação (1909-1923)**. Rio Grande: mimeo.

PEIXOTO, Ana Maria Casassanta. Reflexos da Revolução de 1930 na Educação Brasileira. *In: Simpósio sobre a Revolução de 30*. Porto Alegre, outubro de 1980. Porto Alegre: Erus, 1983.

PIMENTEL, Alessandra. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. **Cadernos de Pesquisa**, n. 114, 2001.

PIMENTEL, Fortunato. **Aspectos gerais do município de Rio Grande**. Rio de Janeiro: IBGE, 1944.

QUADROS, Claudemir de. Lourenço Filho: reformador da educação no Rio Grande do Sul. *In: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 90, n. 224, jan./abr. 2009.

RIBEIRO, Ester Rosa; FRAGA, Gerson Wasen. O porto agitado da educação: algumas notas sobre política de educação em Rio Grande, no começo do século XX. **Métis**, v.7, n. 14, 2008.

ROCHA, Marlos Bessa Mendes da. **Educação Conformada: a política de educação no Brasil 1930/1945**. Juiz de Fora: UFJF, 2000.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. Petrópolis: Vozes, 1991.

ROSA, Josineide. **Os interesses e ideologias que nortearam as políticas públicas na educação no governo Vargas 1930-1945: o caso do Espírito Santo**. 2008. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas) - Programa de Pós Graduação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismênia Spínola Silveira Truzzi. **História & Documento e metodologia de pesquisa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SANTOS, Ademir Valdir dos; FERREIRA, Naura Syria Carapeto. **A inspeção escolar e a nacionalização no Estado Novo: políticas e práticas pedagógicas nas escolas primárias**. *In: Anais do IV Congresso Brasileiro de História da Educação*, 2006, Goiânia. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-e-coautorais-eixo02.htm>>. Acesso em: 26 mai. 2008.

SANTOS, Mara Leonor Barros. **A palavra e o tempo: as mudanças na Inspeção Escolar no Estado de Minas Gerais**. Petrópolis, 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós Graduação, Universidade Católica de Petrópolis, Petrópolis/RJ, 2009.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie, *et al.* Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**, ano I, n. 1, 2009.

SAVIANI, Dermeval. **A política educacional no Brasil**. In: STHEFANOU, Maria e BASTOS, Maria Helena Câmara (orgs). Histórias e memórias da educação no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2005. IIIv.

_____. **A supervisão educacional em perspectiva histórica: da função à profissão pela mediação da ideia**. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto (org.). Supervisão educacional para uma escola de qualidade. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Breves considerações sobre fontes para a história da educação**. In: LOMBARDI (org.). Fontes e historiografia da educação. Campinas: Autores Associados, 2004.

_____. **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações**. São Paulo: Associados, 2000.

SCHNEIDER, Regina Portella. **A instrução pública no Rio Grande do Sul: 1770-1889**. Porto Alegre: UFRGS/Est Edições, 1993.

SCHWARTZ, Simon, *et al.* **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SOLIGO, Valdecir. **A educação catarinense entre 1930 e 1945: história das políticas educacionais a partir da imprensa e da legislação**. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2008.

SOUZA, Ricardo Luiz de. Autoritarismo, Cultura e Identidade Nacional. In: **História da Educação**, v.8, n.15, 2004.

TAMBARA, Elomar Calegare, *et al.* A educação (1930-80). In: GOLIN, TAU; BOEIRA, Nelson (coord.). **República: da revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1980)**. Passo Fundo: Méritos, 2007.

TORRES, Luiz Henrique. Cronologia básica da História da cidade do Rio Grande (1737-1947). In: **Biblos**, v. 22, 2008.

UNGLAUB, Tânia Regina da Rocha. **O Poder do Canto ou o Canto do Poder? Um olhar sobre o uso do canto como prática pedagógica no Estado de Santa Catarina num contexto autoritário (1937-1945)**. 2008. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

VIEIRA, Sofia Lerche; FARIAS, Isabel Maria Sabino de. **Política educacional no Brasil: introdução histórica**. Brasília, Liber Livro, 2007.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. **Constituição do Ministério da Educação e Articulação entre os níveis federal, estadual e municipal da educação.** *In:* STEPANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara. (org.) Histórias e memórias da educação no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2009. IIIv.

UNIVERSIDADE do Vale do Rio dos Sinos. **Normas da ABNT 2012.** Disponível em <<http://www.unisinos.br/biblioteca>>. Acesso em: 10 mar. 2012.

ANEXO A - PLANTA GERAL DE RIO GRANDE-RS EM 1904

Planta Geral da Cidade de Rio Grande em 1904.



Fonte: Biblioteca Rio Grandense.

ANEXO B - PLANTA GERAL DE RIO GRANDE-RS EM 1922

Planta Geral da Cidade de Rio Grande em 1922.

